



SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO - SRHS
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA
CNPJ - 09.769.035/0001-64 - NIRE. 26300040271
www.compesa.com.br



RELATÓRIO INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

O Relatório Integrado de Administração e Sustentabilidade apresenta, de maneira clara, o papel da Compesa na melhoria da saúde pública, qualidade de vida e cidadania em Pernambuco, reiterando seu compromisso com os stakeholders e em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e as diretrizes do marco regulatório do saneamento.

Alinhadas aos princípios ESG, o documento inclui as principais estratégias desenvolvidas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, destacando-se a performance financeira em conformidade com as práticas contábeis nacionais, realizada por auditoria externa da BDO Brasil, além de aspectos socioambientais, de governança corporativa, relacionamento com clientes, recursos humanos, investimentos, estratégias de abastecimento de água e esgoto e os resultados de indicadores e metas do período.

Em observância às diretrizes da Lei das Estatais - Lei Federal nº 13.303/2016, o relatório está acessível nos canais de comunicação da empresa, disponíveis para consulta no site da Compesa: <https://servicos.compesa.com.br/governanca>.

A divulgação deste relatório fortalece a comunicação entre a Compesa e seus diversos públicos, evidenciando a sua responsabilidade em alcançar excelência na prestação de serviços, assegurando a sustentabilidade do negócio no mercado.

Fundada em 29 de julho de 1971, através da Lei 6.307/71, a Compesa tem como principal objetivo oferecer serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de forma sustentável, visando promover o bem-estar e a qualidade de vida dos clientes. Presente em quase todo o estado de Pernambuco, desde áreas urbanas até rurais, a empresa abrange uma vasta extensão geográfica, servindo a 172 municípios e o distrito de Fernando de Noronha.

Enfrentando desafios contínuos e crescentes, a Companhia busca constantemente melhorar seus serviços e cumprir, até 2033, as metas estabelecidas pela Lei, que aborda questões como perdas, intermitência, qualidade da água e universalização dos serviços de água e esgoto.

A trajetória da Compesa não apenas evidencia sua evolução como provedora de serviços de saneamento, mas também sua capacidade de se adaptar às mudanças e seu compromisso contínuo com a melhoria da qualidade de vida dos pernambucanos.

Para crescer de maneira sustentável, os processos de gestão e governança corporativa são fundamentais para o desenvolvimento da Companhia e para atender às demandas da sociedade. Através desses processos, busca-se manter o equilíbrio com sua identidade organizacional, cumprindo rigorosamente a legislação vigente e implementando mecanismos eficazes de orientação, direção e controle das atividades, promovendo uma cultura de conformidade legal e atendimento às diretrizes do saneamento.

Neste cenário, o planejamento estratégico para o período de 2023-2027 foi concebido com base na formulação de políticas destinadas a atender às demandas da sociedade, incluindo a revisão de procedimentos e a adoção de modernas e eficazes ferramentas de gestão. Além disso, em conformidade com as exigências do Novo Marco do Saneamento (Lei 14.026/2020) e outras adaptações legislativas do setor, o planejamento levou em conta a complexidade e os desafios enfrentados para alcançar a universalização dos serviços.

Em paralelo, para cumprir o requisito legal de comprovação da capacidade econômico-financeira, a Compesa estabeleceu índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros e apresentou o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), juntamente com o plano de captação de recursos. Com

o intuito de conduzir a implementação da estratégia de maneira a maximizar a utilização dos recursos e garantir o cumprimento das metas estabelecidas, a Compesa elaborou seu planejamento tático, com foco prioritário em seu core business: prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Isso envolveu o fortalecimento das diretorias de operação, incluindo a revisão de procedimentos, a reestruturação de recursos e a otimização de contratos de serviços. Como resultado, o Plano Tático foi subdividido em seis Programas Estratégicos, com o objetivo de atingir as projeções do estudo de viabilidade e cumprir as metas estabelecidas no contexto legal do saneamento.

Economicamente, o ano de 2023 representou um desafio significativo para a Companhia, uma vez que, apesar do reajuste das tarifas de água e esgoto em 11,21%, não foi possível compensar o aumento dos custos dos insumos e os encargos financeiros decorrentes das novas captações de recursos para atender ao plano de investimentos, o que resultou em um desempenho econômico semelhante ao exercício anterior, com uma margem EBITDA de 13,8%, comparada aos 11,6% registrados em 2022. Em 2023, a Companhia registrou uma arrecadação de cerca de R\$ 2,125 bilhões, refletindo um aumento de 9,6% em relação ao montante de R\$ 1,938 bilhão alcançado em 2022, representando um acréscimo de R\$ 186,7 milhões no período. Este crescimento na receita é atribuído às diversas iniciativas para fortalecer as ferramentas de cobrança.

A incorporação dos princípios e práticas de ESG (ambientais, sociais e de governança) tem ganhado espaço significativo em todo o mundo e também no setor de saneamento. Consciente da importância desse tema, a Compesa inclui em suas atividades estratégicas e cotidianas o compromisso com tais práticas, reforçando sua responsabilidade com a implementação de uma cultura voltada para o ESG e alinhada com sua visão de futuro de se tornar uma referência regional na prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, orientada pelos pilares da inovação e sustentabilidade. Na dimensão social, destaca-se a realização de 4.192 atividades sociais, que impactaram mais de 96 mil pessoas.

Ainda no contexto ESG, em 2023, o museu lançou uma exposição, com concepção e produção próprias, sob a temática Água e Meio Ambiente intitulada "Águas Literárias", promoveu também uma intervenção artística "Planeta no Limite" convocando os visitantes a refletirem e agirem ativamente para preservação dos recursos naturais. Além disso, neste ano, foram desenvolvidas 230 ações com 169 instituições, beneficiando mais de 7.100 pessoas.

No âmbito do desenvolvimento do capital humano, a estratégia da empresa está direcionada para reforçar o ambiente organizacional, visando concretizar a visão empresarial. Nesse sentido, é crucial manter uma equipe engajada e bem treinada para assegurar o êxito do negócio, além de cultivar um ambiente de trabalho que estimule o desenvolvimento das habilidades individuais e em grupo. Em 2023, mais de 2 mil colaboradores foram capacitados, totalizando quase 30 mil horas de treinamento.

Outra iniciativa de destaque é a gestão energética, que visa reduzir os custos com as faturas de energia e encontrar soluções para uma matriz energética mais sustentável. Em 2022, a assinatura do contrato da Parceria Público-Privada de energia foi um passo significativo, prevendo a construção de usinas solares com capacidade de 135 MW, distribuídas entre os municípios de Flores e São Caetano. Este contrato, com duração de 29 anos, receberá um investimento de R\$ 453 milhões por parte do parceiro privado. Nos primeiros quatro anos da concessão, o fornecimento de energia será realizado através do mercado livre de energia, onde os custos são geralmente mais baixos. Ao longo do contrato, a economia total para

a Companhia está estimada em R\$ 1,048 bilhão. Com isso, a Compesa se tornará uma das principais produtoras de energia de Pernambuco. A migração ao mercado livre de energia (ACL) começou em junho de 2023 para unidades da Compesa beneficiadas pela PPP. Também no mesmo ano, uma licitação foi realizada para a compra de energia limpa no ACL para outras 20 unidades. Essas 40 unidades que migraram para o ACL em 2023 representam cerca de 30% do consumo total de energia da Compesa, resultando em uma economia de aproximadamente R\$ 10,6 milhões naquele ano.

Dentro do contexto da sustentabilidade, é crucial destacar a adoção de energia limpa, proveniente de fontes ambientalmente menos impactantes, como a energia solar, que contribui para a redução das emissões de dióxido de carbono (CO2), um dos principais gases responsáveis pelo efeito estufa. Por exemplo, a implantação da usina solar através da PPP de Geração de Energia resultará em uma geração anual de 320 GWh/ano, equivalente ao consumo de energia de 175 mil residências de médio porte.

No campo da inovação, em 2023, a Compesa integrou 10 projetos inovadores ao seu portfólio. Além disso, estabeleceu parcerias com várias entidades e instituições para submeter propostas de projetos, incluindo o edital do BNB para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias Renováveis, e outros projetos promovidos pela Secretaria de Ciência e Tecnologia de Pernambuco e pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações).

Nos últimos cinco anos, a Companhia demonstrou sua capacidade de execução, investindo mais de R\$ 4 bilhões. Para o ano de 2024, está previsto um investimento de R\$ 1,5 bilhão, proveniente de recursos dos Governos Federal e Estadual, Parcerias Público-Privadas e financiamentos próprios por meio de operações de crédito. Esses recursos serão destinados a obras de expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o estado.

Para 2024, está em processo de assinatura de contrato a operação de crédito para financiar o PEX/PE, que investirá o montante de R\$ 1,1 bilhão (US\$ 202 milhões) ao longo dos próximos cinco anos. Esse financiamento será celebrado com o New Development Bank para investimentos em diversos municípios pernambucanos. Além disso, a Companhia planeja investir R\$ 113 milhões com recursos próprios, a serem captados junto ao Banco do Nordeste, para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à melhoria e eficiência operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O aumento da participação do setor privado no setor de saneamento levou o Governo do Estado a contratar o BNDES para estudar alternativas de modelagem para ampliar o aporte de recursos privados, visando atingir as metas de universalização do marco regulatório. Para alcançar essas metas, são necessários investimentos da ordem de R\$ 21,5 bilhões (de 2021 a 2033), conforme o plano de investimentos aprovado pela Agência de Regulação de Pernambuco.

Em resumo, pode-se considerar que mesmo em um cenário desafiador, interna e externamente, no ano de 2023 a empresa obteve um desempenho sólido, com crescimento na receita, lucro e arrecadação, priorizando eficiência, sustentabilidade e qualidade de serviço, bem como a implantação de estratégias que visam melhorar a prestação do serviço e por conseguinte, a melhoria da satisfação e percepção do cliente em relação à Compesa, aproximando-se cada vez mais da universalização dos serviços.

Em atendimento à Lei das Estatais - Lei Federal nº 13.303/2016, o relatório está acessível nos canais de comunicação da empresa, disponíveis para consulta no site da Compesa: <https://servicos.compesa.com.br/governanca>.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado - DVA

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das

demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 12 de abril de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PE 001269/F-8
Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-6

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	248.579	125.595
Contas a receber de clientes	6	898.877	808.211
Estoques	7	10.337	19.997
Ativo fiscal corrente	8	61.412	40.515
Convênios e outros investimentos	9	35.015	30.503
Outros créditos a receber	10	2.697	8.336
Despesas antecipadas		98	98
Total do ativo circulante		1.257.015	1.033.255
Não circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a receber de clientes	6	23.335	22.704
Ativo fiscal diferido	8	24.183	20.500
Convênios e outros investimentos	9	147.573	148.287
Depósitos judiciais	21	89.569	71.514
Ativo de Contratos	11	278.815	348.168
		563.475	611.173
Imobilizado	12	157.427	61.158
Intangível	13	9.446.083	9.039.953
Total do ativo não circulante		10.166.985	9.712.284
TOTAL DO ATIVO		11.424.000	10.745.539
Passivo			
Circulante			
Arrendamento Mercantil	15	22.343	15.120
Empréstimos e financiamentos	16.a	168.455	115.411
Fornecedores	17	226.297	197.188
Depósitos e retenções contratuais		454	635
Passivo fiscal - corrente	18	38.228	28.538
Passivo fiscal - diferido	18	7.649	7.649
Consignações a recolher		5.892	6.597
Salários e encargos sociais a pagar	19	50.974	46.486
Juros sobre capital próprio a pagar	23	20.047	15.705
Outras contas a pagar	20	74.674	38.102
Total do passivo circulante		615.013	471.431
Não circulante			
Arrendamento Mercantil	15	1.618	1.869
Empréstimos e financiamentos	16.a	545.081	512.818
Provisões e passivos contingentes	21	98.949	68.803
Passivo fiscal - corrente	18	298	298
Passivo fiscal - diferido	18	67.946	56.081
Outras contas a pagar	20	1.700.860	1.581.340
Juros sobre capital próprio - Estado de Pernambuco	23	160.472	145.004
Benefício a empregados	22	329.869	269.362
Total do passivo não circulante		2.905.093	2.635.575
TOTAL DO PASSIVO		3.520.106	3.107.006
Patrimônio líquido			
Capital social	24.a	7.472.434	6.982.772
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.b	231.707	445.930
Ajustes de avaliação patrimonial		(54.085)	(16.840)
Reservas de Lucros		253.838	226.671
Lucros/Prejuízos acumulados		-	-
Total do patrimônio líquido		7.903.894	7.638.533
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.424.000	10.745.539

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receita Líquida	25	2.822.432	3.059.820
Custo dos serviços prestados	26	(2.000.977)	(2.424.899)
Lucro bruto		821.455	634.921
Receitas (despesas) operacionais			
Comerciais	27.a	(276.141)	(191.234)
Administrativas	27.b	(332.356)	(287.882)
Tributárias	27.c	(16.657)	(14.312)
Outras receitas (despesas), líquidas	27.d	8.454	6.009
		(616.700)	(487.419)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		204.755	147.502
Receitas financeiras	28	68.423	67.924
Despesas financeiras	28	(159.448)	(127.053)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	28	(91.025)	(59.129)
Resultado antes dos impostos		113.730	88.373
Contribuição social sobre o lucro líquido - corrente		(11.155)	(9.047)
Contribuição social sobre o lucro líquido - diferido		(11.866)	(9.670)
Lucro líquido do exercício		90.709	69.656
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em unidades de R\$)		0,45	0,37

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	90.709	69.656
Resultados abrangentes		
Ganhos atuariais líquidos - Plano de pensão e saúde	(42.877)	(5.734)
Varição líquida do valor justo de investimentos	209	(6.814)
Resultado abrangente total	48.041	57.108

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receitas		
Água, esgoto e serviços	2.435.633	2.181.239
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(203.668)	(107.146)
Cancelamento	(19.843)	(17.192)
Outros	(29.174)	(31.008)
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais consumidos	(153.034)	(144.252)
Energia	(348.620)	(340.197)
Serviços de terceiros	(725.058)	(698.878)
Outros	(86.795)	(62.030)
Valor adicionado bruto	869.441	780.536
Retenções		
Depreciação e amortização	(117.493)	(93.486)
Valor adicionado líquido produzido	751.948	687.050
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	68.422	67.924
Aluguéis	1.026	980
Valor adicionado total a distribuir	821.396	755.954
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	381.561	379.677
Remuneração direta	237.953	241.988
Benefícios	126.770	119.501
FGTS	16.838	18.188
Tributos	188.841	178.662
Federais	175.096	165.858
Estaduais	12.126	11.978
Municipais	1.619	826
Remuneração de capitais de terceiros	160.285	127.959
Juros	159.448	127.053
Aluguéis	837	906
Remuneração de capitais próprios	90.709	69.656
Juros Sobre o Capital Próprio - JSCP	19.810	15.475
Resultados retidos	70.899	54.181
Total distribuído	821.396	755.954

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas						Lucros/Prejuízos acumulados	Total
		Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva para dividendos adicionais		
Saldo em 01 de janeiro de 2022		6.494.713	328.396	(10.026)	57.496	114.994	159.663	-	7.145.236
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	445.930	-	-	-	-	-	445.930
Integralização de capital		488.059	(328.396)	-	-	-	(159.663)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste benefício a empregados		-	-	(6.814)	-	-	-	-	(6.814)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	69.656	69.656
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(15.475)	(15.475)
Constituição de reservas		-	-	-	3.483	6.965	43.733	(54.181)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		6.982.772	445.930	(16.840)	60.979	121.959	43.733	-	7.638.533
Saldo em 01 de janeiro de 2023		6.982.772	445.930	(16.840)	60.979	121.959	43.733	-	7.638.533
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	231.707	-	-	-	-	-	231.707
Integralização de capital		489.662	(445.930)	-	-	-	(43.732)	-	-
Valor justo de instrumento financeiro/patrimonial		-	-	209	-	-	-	-	209
Ajuste benefício a empregados		-	-	(37.454)	-	-	-	-	(37.454)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	90.709	90.709
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	(19.810)	(19.810)
Constituição de Reservas		-	-	-	4.536	9.071	57.292	(70.899)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		7.472.434	231.707	(54.085)	65.515	131.030	57.293	-	7.903.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA (“Companhia” ou “Compesa”), sediada Av. Cruz Cabugá, 1387 - Santo Amaro, Recife - PE, é uma sociedade de economia mista de capital fechado controlada pelo Governo do Estado de Pernambuco. Instituída pela Lei Estadual nº 6.307, de 29 de julho de 1971, tem por objetivo social, mediante delegação do Estado de Pernambuco e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, sendo tais serviços regulados pela Agência Reguladora de Pernambuco - ARPE.

A Companhia colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos. Além disso, promove a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

Contexto Operacional

Atualmente, a Compesa explora, por meio de concessões municipais, a prestação do serviço de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em 173 dos 185 municípios do Estado de Pernambuco, incluído nesses o distrito de Fernando de Noronha. O prazo de validade definido para os contratos em vigor é até 31 de dezembro de 2050.

Do total de 173 concessões municipais operadas, 13 estão sendo executadas por meio Contrato de Prestação Regionalizada (Barreiros, Caruaru, Chã de Alegria, Fernando de Noronha, Jatobá, Lagoa do Carro, Nazaré da Mata, Pedra, Ribeirão, Santa Cruz, Santa Cruz da Baixa Verde, São Vicente Ferrer, Tamandaré).

O quadro a seguir evidencia a situação das concessões atualmente operadas pela Compesa e o faturamento do período a elas vinculado:

	Quantidade de Contratos	Faturamento 31/12/2023(*)	%
Microrregião Sertão	24	250.801	10,38%
Até 31/12/2050	23	249.503	10,33%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2023	1	1.298	0,05%
Microrregião RMR-Pajeú	149	2.164.988	89,62%
RMR - Até 31/12/2050	14	1.328.207	54,98%
Outros - Até 31/12/2050	123	638.494	26,43%
Contrato de Prestação Regionalizada - até 31/12/2033	12	198.287	8,21%
TOTAL	173	2.415.789	100%

(*) Refere-se ao faturamento, deduzidos os cancelamentos e as receitas de construção (nota 24).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 25 de março de 2024.

2.2 Continuidade Operacional

A Administração da Companhia tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, sendo assim as demonstrações contábeis foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

2.3 Base de Mensuração e Apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado nas respectivas notas explicativas.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Conforme orientações emanadas pelo Comitê Internacional de Políticas Contábeis (IASB), as principais práticas contábeis e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.1 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com “Covenants”: Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 7 e IFRS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa: Esclarece aspectos referentes aos requisitos de divulgação de informações qualitativas e quantitativas sobre acordos de financiamentos de fornecedores. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 21 – Ausência de Conversibilidade: Esclarece aspectos para especificar quando uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não é, e especifica como uma entidade determina a taxa de conversão quando uma moeda não é conversível. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2025. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. GESTÃO DE RISCOS

4.1 Gestão do Risco Operacional

O negócio da Companhia refere-se basicamente à prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta de esgoto sanitário. Para este é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente. Já para o serviço de abastecimento de água é necessária a disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera.

Os contratos de prestação de serviços que a Compesa mantinha com os Municípios possuíam prazos e formatos diversos e foram submetidos a um processo de revisão e aditamento de seus termos em virtude das novas determinações impostas pela reforma do Marco Regulatório do Saneamento, a partir da edição da Lei Federal nº 14.026/2020

que estabelece, entre outras alterações, a formalização contratual de metas progressivas e graduais de redução de perdas, de redução de intermitência no abastecimento, de eficiência energética, de qualidade e de universalização dos serviços de água e de esgotamento sanitário que deverão atingir o patamar de 99% e 90%, respectivamente, até o ano de 2033.

Desta forma, com o fito de alinhar-se ao Novo Marco, a Compesa firmou novos termos de atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada dos Serviços e em vista da proteção do ato jurídico perfeito, a equação econômico-financeira foi reequilibrada, considerando a prestação regionalizada a que cada Município aderiu, mediante extensão de prazo, de forma a que a avença original teve a sua vigência ampliada até 31 de dezembro de 2050.

Os serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, em seu âmbito territorial, são de titularidade e competência dos municípios, no caso de interesse local e Estado em conjunto com os Municípios, no caso de interesse comum. Diante do verificado, o titular, cujo contrato de concessão dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário se encontrar extinto, ou, pela ausência deste se caracterizar como precário (Lei nº 8.987/1995 art. 42 e alterações posteriores), deverá formular a política pública de saneamento conforme legislação específica.

Os contratos relativos à prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão conter, expressamente, sob pena de nulidade, as cláusulas essenciais previstas no art. 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e metodologia de cálculo de eventual indenização relativa aos bens reversíveis não amortizados por ocasião da extinção do contrato. A indenização dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, nos termos da Lei nº 8.987/1995, facultado ao titular atribuir ao prestador que assumirá o serviço a responsabilidade por seu pagamento.

Como forma de mitigação dos riscos aqui relatados, a Companhia contratou uma consultoria especializada responsável por propor soluções e consequente regularização jurídica dos contratos que apresentam fragilidades quanto a sua operação.

4.2 Risco de Crédito

Adem da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros depósitos em instituições financeiras, ou de clientes, nos casos de não cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de contas a receber de clientes, bem como da existência de ativos atuariais advindos dos planos de benefícios pós-emprego (COMPESAPREV, COMPESASAÚDE e PIA) não realizáveis.

Para atenuar o risco de operações com instituições financeiras, a Companhia segue a política de aplicar seus excedentes de caixa em aplicações financeiras de instituições conceituadas no mercado brasileiro, sempre buscando aplicações de baixo risco.

No que se refere ao risco de créditos com seus clientes, a exposição da Companhia é influenciada, em grande parte, pelas características individuais de cada cliente (privado e público), além da sua condição social. Como a Companhia possui uma carteira de clientes bastante pulverizada, atualmente seu risco de crédito está substancialmente representado por clientes com problemas de cadastro, que impossibilitam a Companhia de utilizar as ferramentas de inserção do devedor no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou na Serasa, como forma de promover a recuperação do valor (crédito). A Diretoria de Mercado e Parcerias (DMP), responsável pela gestão de risco de crédito, promove a atualização do seu cadastro de clientes, mantém contratos de prestação de serviço com a CDL (SPC) e a Serasa, e revisa periodicamente sua política de cobrança no intuito de promover a redução da inadimplência de clientes privados. Em 2023, a Companhia deu continuidade às medidas adotadas, visando mitigar os riscos de crédito.

O risco de não realização dos ativos atuariais com a COMPESAPREV decorre da existência de passivos financeiros da COMPESAPREV com a Compesa, bem como da inexistência na COMPESAPREV de reserva especial em favor da empresa patrocinadora, conforme previsto na Resolução CGPC 26/2008 emitida pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, para fazer em face deste ressarcimento. Com o objetivo de mitigar esse risco, atualmente são reavaliadas as taxas de contribuição dos participantes, bem como da patrocinadora do Plano (Compesa).

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, que na data das demonstrações contábeis foi:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	248.579	125.595
Contas a receber de clientes	922.212	830.915
Créditos de convênios e outros investimentos	182.588	178.790
Outros créditos a receber	2.697	8.336
Total	1.356.076	1.143.636

O vencimento dos recebíveis na data das demonstrações contábeis era:

Ativos financeiros não derivativos	31/12/2023	31/12/2022
Não vencidos	729.136	570.425
Vencidos de 0 a 30 dias	83.198	69.975
Vencidos de 31 a 60 dias	42.313	35.049
Vencidos de 61 a 90 dias	33.434	28.794
Mais de 90 dias	467.995	439.393
Total	1.356.076	1.143.636

4.3 Risco de Liquidez

Baseia-se nas dificuldades que a Companhia eventualmente poderá enfrentar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. Nesse sentido, o gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos e investimentos, reduzindo riscos de liquidez.

Além disso, a Companhia possui a prática de acompanhar o atendimento dos Covenants definidos nos contratos de empréstimos junto ao Banco do Brasil e o consórcio Banco ABC e Banco Votorantim.

A seguir, está a maturidade dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Passivos Financeiros não derivativos	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	713.536	628.229
Fornecedores	226.297	197.188
Outras contas a pagar e JCP (PNC)*	1.936.006	1.764.446
Consignações a recolher	5.892	6.597
Total	2.881.731	2.596.460

*PNC – Passivo Não Circulante

Na tabela a seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros:

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de Caixa contratual	6 meses ou menos	6-12 meses
Empréstimos e financiamentos bancários	713.536	713.536	75.507	92.950
Fornecedores	226.297	226.297	113.149	113.148
Outras contas a pagar e JCP (PNC)	1.936.006	1.936.006	328	72.640
Consignações a recolher	5.892	5.892	5.892	-
Total	2.881.731	2.881.731	194.876	278.738

Passivos financeiros não derivativos	1-2 anos	2-5 anos	mais que 5 anos
Empréstimos e financiamentos bancários	167.090	238.276	139.713
Fornecedores	-	-	-
Outras contas a pagar e JCP (PNC)	645	512	1.861.881
Consignações a recolher	-	-	-
Total	167.735	238.788	2.001.594

4.4 Risco de Taxa de Juros

Esse risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos ou diminuam as receitas financeiras relativas as aplicações financeiras. A Companhia considera sua exposição de risco baixa, em decorrência das dívidas (empréstimos e financiamentos) serem indexadas à Taxa de Certificado de Depósito Interbancário (CDI+ taxa fixa). As aplicações financeiras estão sendo remuneradas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	1.356.076	1.143.636
Passivos financeiros	2.881.731	2.596.460
(a)	(1.525.655)	(1.452.824)
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	235.177	111.554
Passivos financeiros	713.536	628.229
(b)	(478.359)	(516.675)
(a-b)	(1.047.296)	(936.149)

4.4.1 Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia considera que os ativos e passivos financeiros remunerados à taxa fixa refletem o valor de mercado, uma vez que o valor justo reflete o valor faturado ao cliente (contas a receber de clientes) ou devido a terceiros (outras contas a receber e Créditos - Convênios).

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Instrumentos de taxa fixa				
Ativos financeiros	1.356.076	1.356.076	1.143.636	1.143.636
Passivos financeiros	2.881.731	2.881.731	2.596.460	2.596.460
(a)	(1.525.655)	(1.525.655)	(1.452.824)	(1.452.824)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros	235.177	235.177	111.554	111.554
Passivos financeiros	713.536	713.536	628.229	628.229
(b)	(478.359)	(478.359)	(516.675)	(516.675)
(a-b)	(1.047.296)	(1.047.296)	(936.149)	(936.149)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política Contábil:

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas pró rata die e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando possui características de conversibilidade imediata com o próprio emissor em um montante conhecido de caixa e não está sujeita a risco de mudança significativa de valor.

Composição dos valores:

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos bancários vinculados	13.967	14.544
Aplicações financeiras	234.612	111.051
Total	248.579	125.595
Tipo de Aplicação Financeira	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de Investimento	187.157	95.048
CDB	47.455	16.003
Total	234.612	111.051

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos em Renda Fixa. Em 31 de dezembro 2023, o saldo de Aplicações Financeiras representa as transações de curto prazo, oriundas de empréstimos captados para investimento, capital de giro e aportes recebidos pelo Governo do Estado de Pernambuco, para obras em andamento ou ainda não iniciadas pela Companhia.

Algumas relações podem ser estabelecidas a partir do conhecimento dos valores do Caixa e Equivalentes de Caixa. A primeira delas associa o montante destes com o passivo da Companhia, possibilitando assim o conhecimento sobre o total da dívida líquida. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2023	31/12/2022
Total do passivo	3.520.106	3.107.006
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(248.579)	(125.595)
Dívida Líquida (A)	3.271.527	2.981.411
Total do Patrimônio Líquido (B)	7.903.894	7.638.533
Relação Dívida Líquida sobre PL (A/B)	0,29	0,39

A dívida líquida da companhia (A) em dezembro de 2023 é de R\$ 3.271.527 (R\$ 2.981.411 em dezembro de 2022). Por outro lado, o montante do Patrimônio Líquido (B) corresponde a R\$ 7.903.894 (R\$ 7.638.533 em dezembro de 2022). Confrontando-se o total do PL da Companhia com sua dívida líquida obtém-se um índice de 0,29 (0,39 em dezembro de 2022).

Outra informação que se pode obter provém da relação do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia com o Total dos Passivos Circulantes, conforme observado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa (A)	248.579	125.595
Total do Passivo Circulante (B)	615.013	471.431
Indicador de Liquidez Imediata (A/B)	0,40	0,27

O valor correspondente ao Caixa e Equivalente de Caixa (A) confrontado com o Passivo Circulante da Companhia (B), fornece o indicador de Liquidez Imediata, que em dezembro de 2023 foi de 0,40 (0,27 em dezembro de 2022). Esse índice significa que, em dezembro de 2023, contando-se apenas com o valor das disponibilidades, sem considerar mais nenhum outro recurso econômico, a Companhia consegue liquidar cerca de 40% (27% em dezembro de 2022) de suas obrigações de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política Contábil:

Clientes: O valor contabilizado neste grupo inclui as receitas de serviços decorrentes da distribuição de água e tratamento de esgoto sanitário medidos e faturados, ainda não recebidos, e aquelas que ainda não foram faturadas, mas foram contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente.

Perdas Por créditos não liquidados: De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes,

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

a provisão incorrida é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias. A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do Poder Público Estadual, devido o mesmo ser parte relacionada controladora e possui histórico de regularização de débitos.

As perdas por créditos não liquidados que foram contabilizadas são baixadas quando atingido o prazo prescricional (10 anos), quando não judicializadas.

Composição dos valores do Contas a Receber:

	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.767.366	-	1.767.366
Perdas por créditos não liquidados	(995.627)	-	(995.627)
Órgãos públicos	86.618	-	86.618
Outros Créditos (a)	7.767	-	7.767
	866.124	-	866.124
Parcelamentos (b)	28.812	16.914	45.726
Financiamentos (c)	3.941	6.421	10.362
	32.753	23.335	56.088
Total	898.877	23.335	922.212

	31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total
Particulares	1.579.819	-	1.579.819
Perdas por créditos não liquidados	(875.220)	-	(875.220)
Órgãos públicos	76.420	-	76.420
Outros Créditos (a)	(3.941)	-	(3.941)
	777.078	-	777.078
Parcelamentos (b)	27.343	15.787	43.130
Financiamentos (c)	3.790	6.917	10.707
	31.133	22.704	53.837
Total	808.211	22.704	830.915

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer:		
Faturas de água e esgoto	239.183	203.866
Parcelamentos (b)	45.727	43.131
Financiamentos (c)	10.362	10.707
	295.272	257.704

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas:		
Até 30 dias	83.198	69.975
De 31 a 60 dias	42.313	35.049
De 61 a 90 dias	33.434	28.794
De 91 a 180 dias	88.172	76.240
Mais de 180 dias	379.823	363.153
	626.940	573.211
Total do circulante e não circulante	922.212	830.915

a) Outros Créditos: refere-se a créditos a realizar, recebimentos não identificados, arrecadação a discriminar e clientes a faturar;
b) Parcelamentos decorrentes de acordos realizados pela área comercial da Companhia sobre o saldo devedor de faturas de contas a receber de clientes em atraso;
c) Financiamentos decorrentes de ressarcimento dos custos incorridos pela Companhia na construção de ramais para possibilitar a conexão de clientes (empresa ou condomínio) à rede de abastecimento de água e/ou de esgoto, os quais são responsabilidade destes.

Composição das restrições contratuais:

Parte dos valores do Contas a Receber foi dado em garantia de empréstimos e direitos creditórios, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Brasil I (BB 40)	2.100	2.100
Banco do Brasil II (BB 18)	950	950
Banco do Brasil III (BB 50)	2.300	2.300
Banco do Brasil IV (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil V (BB 100)	5.208	5.208
Banco do Brasil VI (BB 250)	13.021	13.021
IN-14	55.581	52.370
IN-22	800	663
Banco ABC (ABC 82)	5.300	-
Banco Votorantim	7.000	-
	97.468	81.820

7. ESTOQUES**Política Contábil:**

Os estoques são formados principalmente por materiais de operação e manutenção das redes de água e esgoto, bem como de materiais de tratamento químico utilizados na prestação de serviço de coleta e distribuição de água e tratamento do esgoto sanitário, os quais são registrados no Ativo Circulante por seus custos médios de aquisição.

O custo dos estoques pode não ser recuperável se estes estiverem danificados, se tornarem total ou parcialmente obsoletos ou se os seus preços de venda tiverem diminuído. A prática de reduzir o valor de custo dos estoques para o valor realizável líquido é consistente com o ponto de vista de que os ativos não devem ser escriturados por quantias superiores àquelas que se espera que sejam realizadas com a sua venda ou uso. A Companhia verifica a cada período de encerramento das Demonstrações Contábeis se existe a necessidade do reconhecimento de perdas pela não realização dos estoques.

Composição dos valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Material de operação e manutenção	5.573	6.394
Material de tratamento químico	4.317	13.168
Outros materiais	447	435
	10.337	19.997

Os estoques representam uma das contas menos líquidas do Ativo Circulante. Nesse sentido, informa-se que:

	31/12/2023	31/12/2022
Total do Ativo Circulante (A)	1.257.015	1.033.255
Menos: Total dos Estoques (B)	(10.337)	(19.997)
Ativo Circulante Ajustado C = (A-B)	1.246.678	1.013.258
Total do Passivo Circulante (D)	615.013	471.431
Indicador de Liquidez Seca (C/D)	2,03	2,15

O Ativo Circulante Ajustado da Companhia (C) corresponde ao total do Ativo Circulante (A) deduzido dos seus Estoques (B). Em 31/12/2023 esse valor corresponde a R\$ 1.246.678 (R\$ 1.013.258 em 31/12/2022). Esse montante, confrontado com o Passivo Circulante da Companhia, fornece o indicador de Liquidez Seca, que foi de 2,03 em 31/12/2023 (2,15 em 31/12/2022), significando que o valor dos recursos econômicos da Companhia no curto prazo, descontando-se os estoques, correspondem a aproximadamente o dobro de suas dívidas no mesmo período.

8. ATIVO FISCAL CORRENTE E DIFERIDO**Política Contábil:**

Os Ativos Fiscais Correntes correspondem ao valor do tributo recuperável sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período, demonstrados ao custo histórico.

Correspondem aos valores dos tributos a recuperar em exercícios futuros sobre prejuízos fiscais não utilizados, observada a base de cálculo de cada tributo. Os referidos ativos são demonstrados ao custo histórico e podem ser visualizados a seguir:

Composição dos valores:

Corrente	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda a recuperar	5.611	-	9.903	-
Contribuição social sobre o lucro líquido a recuperar	37.709	-	17.576	-
COFINS a recuperar	8.690	-	8.338	-
PIS a recuperar	2.203	-	2.053	-
INSS a recuperar	812	-	812	-
Outros	6.387	-	1.833	-
	61.412	-	40.515	-
IRPJ	-	18.983	-	18.983
CSLL diferido (a)	-	5.200	-	1.517
	61.412	24.183	40.515	20.500

a) A contribuição social diferida é decorrente dos ajustes de provisão atuarial, incidente sobre os ganhos e perdas atuariais, após a adoção do CPC 33 (R1).

9. CONVÊNIO E OUTROS INVESTIMENTOS**Política Contábil:**

Os depósitos vinculados representam depósitos efetuados pela empresa para garantia de contratos, ou, ainda, os de natureza judicial. Os convênios referem-se a direitos/obrigações contraídas, relativas a convênios celebrados com entidades Municipais, Estaduais e Federais.

Os referidos ativos, pela sua natureza, são demonstrados ao custo histórico atualizados, subsequentemente, por novas informações que podem vir a impactar seu valor.

Composição dos valores:

Ativo Circulante	31/12/2023		31/12/2022	
Pessoal a disposição outros órgãos	35.015	30.503		
	35.015	30.503		
Ativo não Circulante	31/12/2023		31/12/2022	
Depósitos bancários - Conta convênio	3	1.009		
Aplicações financeiras - Garantia banco	565	503		
Títulos, valores mobiliários e outros investimentos	792	562		
Convênios Federais	2.155	2.155		
Convênios Estaduais	5.385	5.385		
Convênios Municipais	138.673	138.673		
	147.573	148.287		

Composição dos Convênios:

	31/12/2023	31/12/2022
Federais	2.155	2.155
CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	2.155	2.155
Estaduais	5.385	5.385
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco	1.913	1.913
Reintegra Brasil AS	2.890	2.890
Outros	582	582
Municipais	138.673	138.673
Prefeitura do Recife - FMSAN	135.323	135.323
Prefeitura de Petrolina	3.287	3.287
Outros	63	63
	146.213	146.213

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER**Política Contábil:**

O saldo de outros créditos a receber é composto, principalmente, por adiantamento a fornecedores, e estão demonstrados pelo custo histórico, conforme demonstrado abaixo:

Composição dos valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores	1.642	7.366
Outras	1.055	970
	2.697	8.336

11. ATIVO DE CONTRATOS**Política Contábil:**

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

	31/12/2023				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfere- rência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	181.141	49.592	(9)	(64.594)	166.130
Obras em andamento material para automação	12.146	600	-	-	12.746
Obras em andamento material para plano de aplicação	461	859	-	(707)	613
Estoque de obras de concessão	154.420	-	-	(55.094)	99.326
Total	348.168	51.051	(9)	(120.395)	278.815

	31/12/2022				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfere- rência	Saldo final
Obras em andamento material para expansão	143.781	67.447	(5)	(30.082)	181.141
Obras em andamento material para automação	11.160	986	-	-	12.146
Obras em andamento material para plano de aplicação	186	411	(44)	(92)	461
Estoque de obras de concessão	88.985	65.435	-	-	154.420
Total	244.112	134.279	(49)	(30.174)	348.168

12. IMOBILIZADO**Política Contábil:**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, acrescidos dos custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação dos ativos é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método reflete o padrão de consumo de benefícios econômico futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis de forma prospectiva.

Imobilizado em garantia: Não existem bens do imobilizado da Compesa oferecidos em garantia judicial. De acordo com os dispositivos contratuais (Convênios de Cooperação e outros), a Companhia está impedida de oferecer bens vinculados à concessão em garantia, pois se encontra obrigada a cumprir com o regulamento geral de fornecimento de água e coleta de esgoto e deve atender ao programa de investimento com o objetivo de atingir a universalização dos serviços. Entretanto, em 2023, de forma excepcional, dois veículos foram objeto de auto de penhora, conforme processos judiciais. Não obstante, a gerência jurídica informou que os processos foram julgados favoráveis a Compesa e os bens serão retirados de garantia.

Composição do imobilizado da Compesa e movimentação dos ativos:

Composição dos valores - Imobilizado

	31/12/2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	51.003	(24.171)	26.832
Computadores e periféricos	29.345	(21.021)	8.324
Telefonia e comunicação	2.072	(1.681)	391
Equipamentos Eletromecânicos	3.278	-	3.278
Ferramentas de manutenção	193	(171)	22
Bens de segurança	147	(135)	12
Eletrodoméstico	1.240	(1.030)	210
Móveis e utensílios	9.605	(6.002)	3.603
Veículos	3.790	(1.288)	2.502
Edificações	89.258	(6.428)	82.830
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	79.630	(55.669)	23.961
Bens sem tombamento	3.089	-	3.089
Outros	120	-	120
Total	275.023	(117.596)	157.427

	31/12/2022		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Máquinas, aparelhos e equipamentos	36.601	(21.247)	15.354
Computadores e periféricos	24.150	(19.762)	4.388
Telefonia e comunicação	1.980	(1.575)	405
Equipamentos Eletromecânicos	-	-	-
Ferramentas de manutenção	191	(167)	24
Bens de segurança	147	(132)	15
Eletrodoméstico	1.105	(968)	137
Móveis e utensílios	9.073	(5.562)	3.511
Veículos	3.790	(1.024)	2.766
Edificações	19.954	(5.644)	14.310
Terrenos	2.253	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	69.429	(52.440)	16.989
Bens sem tombamento	896	-	896
Outros	110	-	110
Total	169.679	(108.521)	61.158

Composição dos valores - Movimentação Imobilizado

	31/12/2023				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfere- rência	Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	36.601	14.488	(86)	-	51.003
Computadores e periféricos	24.150	5.201	(6)	-	29.345
Telefonia e comunicação	1.980	92	-	-	2.072
Equipamentos Eletromecânicos	-	3.278	-	-	3.278
Ferramentas de manutenção	191	2	-	-	193
Bens de segurança	147	-	-	-	147
Eletrodoméstico	1.105	135	-	-	1.240
Móveis e utensílios	9.073	532	-	-	9.605
Veículos	3.790	-	-	-	3.790
Edificações	19.954	69.304	-	-	89.258
Terrenos	2.253	-	-	-	2.253
Direito de Uso - Contratos de Arrendamento	69.429	26.857	(16.656)	-	79.630
Bens sem tombamento	896	2.193	-	-	3.089

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Composição dos valores - Movimentação da Depreciação Imobilizado

Table with columns: Taxas (a.a.%), Saldo inicial, Adições, Baixas, Transfêrência, Saldo final. Rows include Máquinas, aparelhos e equipamentos, Computadores e periféricos, Telefonia e comunicação, etc.

13. INTANGÍVEL

Política Contábil:

Contratos de concessão de serviços: O modelo de concessão celebrado entre Compesa e os municípios do Estado de Pernambuco estabelece que a Companhia tem o direito de operar a infraestrutura concedida e, por outro lado, os usuários dos serviços (consumidores finais) têm a responsabilidade de pagar pelos serviços oferecidos.

A amortização dos intangíveis vinculados aos Contratos de Concessão é calculada com base na vida útil econômica e a amortização dos bens vinculados aos Contratos de Programas é calculada pelos prazos de vigência dos contratos ou pela vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, dos dois o menor.

Contratos de concessões - PPP: A Compesa e a BRK Ambiental Participações S.A. (BRK Ambiental) assinaram um contrato de Parceria Público-Privada (PPP) para levar os serviços de esgotamento sanitário para 14 municípios da Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Goiana.

Capitalização de Juros e Encargos Financeiros: Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento são apropriados ao custo destes até a conclusão da construção e/ou instalação do bem.

Outros ativos intangíveis: Os demais ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da despesa de amortização e das perdas por redução do valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou prazo remanescente de contrato de concessão, a partir da data em que os intangíveis estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Composição dos valores - Intangível

Table with columns: Custo, Amortização acumulada, Valor líquido. Rows include Contratos de concessões, Contratos de concessões - PPP, Direitos de uso de softwares.

Composição dos valores - Movimentação Intangível

Table with columns: Taxas (a.a.%), Saldo inicial, Adições, Baixas, Transfêrência, Saldo final. Rows include Contratos de concessões, Amortização, Softwares - direitos de uso.

14. ANÁLISE DO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Política Contábil:

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa

futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

As premissas utilizadas para o cálculo da irrecuperabilidade dos ativos são revistas anualmente, salvo se houver forte evidência em contrário, que requeira uma alteração. Diante do exposto, as premissas relativas ao período findo em 31/12/2023 são as mesmas que foram divulgadas no Relatório Financeiro de 31/12/2022 e, portanto, não existem perdas por irrecuperabilidade a serem contabilizadas.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Política Contábil:

Passivos de Arrendamento: Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se estes forem indexados a um índice ou taxa.

Valores esperados a serem pagos sob qualquer garantia de valor residual; O preço de exercício de qualquer opção de compra concedida em favor da Companhia, se for razoavelmente certo avaliar essa opção; e

Quaisquer penalidades a serem pagas pelo contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento tiver sido estimado com base na opção de rescisão sendo exercida.

As obrigações correspondentes aos arrendamentos mercantis, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos Passivos Circulante e Não Circulante de acordo com o prazo do contrato.

Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento são reconhecidos na Demonstração do Resultado em cada período durante o prazo do arrendamento.

Ativos de Arrendamento: Ativos de direito de uso decorrentes do contrato de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados pelo valor presente do passivo de arrendamento, reduzidos por quaisquer incentivos de arrendamento recebidos e aumentados para:

Pagamentos de arrendamento feitos no início ou antes do início do arrendamento; Custos diretos iniciais incorridos; e O valor de qualquer provisão reconhecida quando a Companhia é obrigada, por contrato, a desmontar, remover ou restaurar o ativo arrendado.

A seguir apresenta-se a composição e movimentação dos ativos e passivos de arrendamento:

Composição dos valores - Ativo de Arrendamento

Table with columns: Ativo, Não Circulante, Saldo Inicial, Adição, Contrato Finalizado, Depreciação (-), Atualização, Saldo Final. Rows include Arrendamento Mercantil, Depreciação, Total.

Composição dos valores - Passivo de Arrendamento

Table with columns: Passivo, Circulante, Não Circulante, Saldo Inicial, Adição, Transfêrência, Pagamento Passivo (-), Atualização, Saldo Final. Rows include Arrendamento Mercantil, Passivo, Juros, Total.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Política Contábil:

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos são classificados como passivo circulante, e as parcelas que ultrapassam 12 meses após a data do balanço são registradas no passivo não circulante.

a) Composição dos empréstimos e financiamentos:

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Total. Rows include Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a), Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b), Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c), Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d), Banco do Brasil II (BB 18) (f), Banco do Brasil III (BB 50) (g), Banco do Brasil IV (BB 100) (h), Banco do Brasil V (BB 100) (i), Banco do Brasil VI (BB 250) (j), Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (k), Banco ABC (ABC 82) (l), Banco Votorantim (BV 108) (m), Total.

Table with columns: Circulante, Não Circulante, Total. Rows include Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.812-54 (a), Caixa Econômica Federal (IN 14) 0502.805-62 (b), Caixa Econômica Federal (IN 14) outros (c), Caixa Econômica Federal (IN 22) 0521.443-89 (d), Banco do Brasil (BB 40) (e), Banco do Brasil II (BB 18) (f), Banco do Brasil III (BB 50) (g), Banco do Brasil IV (BB 100) (h), Banco do Brasil V (BB 100) (i), Banco do Brasil VI (BB 250) (j), Caixa Econômica Federal (IN 22) outros (k), Total.

(a) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 14.040, destinada à implantação de adutora a partir da Estação de Tratamento de Água de Garanhuns para os municípios de Caetés e Capoeiras, dentro do Programa Saneamento

para Todos - Público. Valor do Investimento: R\$ 15.600, sendo R\$ 1.560 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%; (b) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário, emitida em 29/12/2017, no valor total de R\$ 73.800, destinada à implantação da Adutora do Alto Capibaribe, que beneficiará os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Taquaritinga do Norte, Santa Maria do Cambucá, Frei Miguelinho, Jataúba, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes, dentro do Programa Saneamento para Todos - Público. Valor do Investimento: R\$ 82.000, sendo R\$ 8.200 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2021 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%;

(c) Referem-se à Cédulas de Créditos Bancários, emitidas em 29/12/2017, nos valores de R\$ 50.580 (0502.791-07), R\$ 60.000 (0502.797-63), R\$ 35.000 (0502.798-77), R\$ 21.200 (0502.803-42), R\$ 14.700 (0502.813-68) e R\$ 22.400 (0502.840-91) destinadas a melhorias do sistema de água nos municípios de Jaboatão dos Guararapes/PE, Ipojuca/PE, Camaragibe/PE, morros da zona norte do Recife/PE, Garanhuns/PE e Gravataá/PE, todas dentro do Programa Saneamento para Todos - Público. Valor do Investimento: R\$ 209.500, sendo R\$ 20.950 de contrapartida da Compesa. Prazo de carência e desembolso: 48 meses. Prazo de amortização: 192 meses, contado a partir de janeiro/2022 (término da carência). Remuneração da Credora: 6% a.a., com uma taxa de administração de 2% a.a. e taxa de risco de crédito de 0,7% a.a. Foi oferecida como garantia, a cessão fiduciária de duplicatas na proporção de 35%. Até 30 de junho de 2023, foi liberado o montante de R\$ 154.730;

(d) Contrato de financiamento nº 0521.443-89, no valor de R\$ 29.697 destinado à implantação do Sistema Adutor do Eixo Leste para Custódia para atender a população estimada de trinta mil habitantes, na modalidade operacional Abastecimento de Água, totalizando um investimento de R\$ 31.260 com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.563 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 16 meses; término da carência: 11/12/2021; Desembolso: prazo de 12 meses; amortização: o prazo é de 240, contado a partir do término do período de carência; juros: 6% a.a;

(e) Refere-se a empréstimo para garantir a provisão de fundos de conta corrente, no valor de R\$ 40.000, mediante Cédula de Crédito Bancário assinada em 03 de outubro de 2017. Os encargos financeiros estabelecidos são remunerados à taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) acrescidos de sobretaxa efetiva de 2,85% a.a, com carência de 12 meses, a contar da concessão do empréstimo. A amortização teve início em 13 de novembro de 2018 e o vencimento foi em fevereiro de 2023. Foram oferecidas como garantia duplicatas de prestação de serviço em montante equivalente, no mínimo, de R\$ 2.100;

Covenants da Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.030 (BB 40) emitida pela Compesa em favor do Banco do Brasil S/A: O Banco do Brasil poderá decretar o vencimento antecipado da dívida, considerando automática e imediatamente exigíveis todas as obrigações financeiras decorrentes desta cédula se, na sua vigência, restar configurada qualquer das situações:

A EMITENTE não mantiver fluxo de recebimento mensal equivalente a, no mínimo, R\$ 25.000, que deverá transitar em conta não movimentável pela EMITENTE, referente aos recebíveis arrecadados no Banco do Brasil S/A (cobrança e guias não compensáveis), tenham sido estes dados em garantia em quaisquer operações e/ou livre de ônus;

A EMITENTE não mantiver, a partir da contratação da operação e durante todo o período de vigência, a relação de Dívida Financeira Líquida/EBITDA de, no máximo 2,5x, calculada pelo menos anualmente, com base nos seus demonstrativos encerrados ao final de cada período.

(f) Em 21 de junho de 2020, foi emitida Cédula de Crédito Bancário n. 323.400.034 pela Compesa em favor do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 18.000, com vencimento inicial em 22 de julho de 2021 e final em 22 de junho de 2024, totalizando 48 parcelas, comissão flat de 1,5% sobre o crédito concedido e encargos financeiros medidos pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,5% a.a. Destinação do crédito: o valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo impedido de aplicação em investimentos fixos;

(g) Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.037, no valor de R\$ 50.000, vencimento em 23/02/2025 e comissão flat de 1% sobre o crédito concedido. Encargos Financeiros: taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,85% a.a. Dia base para débito dos encargos: dia 23 de cada mês, no total de 48 parcelas. Vencimento primeira parcela: 23/03/2021. O valor do crédito deferido destina-se única e exclusivamente ao reforço de capital de giro, sendo vedado a aplicação em investimentos fixos;

(h) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.038, emitida em 04/03/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 15/03/2022 (término da carência). Comissão flat 1% sobre crédito concedido na data de liberação. Os encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,97% ao ano. Foi oferecido como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios representados em faturas de prestação de serviços de sua emissão, representativa dos direitos creditórios oriundos da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, vencíveis a prazo em até 180 dias, desde que esse prazo não exceda o vencimento final deste Instrumento, em montante equivalente, no mínimo, a R\$ 5.208;

(i) Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.044, emitida em 08/12/2021, no valor total de R\$ 100.000, destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 22/01/2023 (término da carência). Tarifa de 1% sobre crédito concedido, sendo: 0,7% de Comissão Flat, e 0,3% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,30% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi realizada reserva em conta específica de montante equivalente a 2,5 vezes do valor da parcela de amortização pactuada, perfazendo o total de R\$ 5.208;

(j) Banco do Brasil VI BB250 - Refere-se à Cédula de Crédito Bancário nº 323.400.047, emitida em 17/05/2022, no valor total de R\$ 250.000 destinada única e exclusivamente ao reforço do capital de giro. Prazo de carência e desembolso: 12 meses. Prazo de amortização: 48 meses, contado a partir de 13/05/2023 (término da carência). Tarifa de 1,49% sobre crédito concedido, sendo: 0,75% de Comissão Flat, e 0,74% de Administração de Garantias. Os Encargos financeiros serão a taxa média de CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,49% ao ano. Como forma de constituição de garantia para pagamento, foi transferida fiduciariamente os direitos creditórios - capital e respectivos rendimentos - substanciados nos valores disponíveis em caixa e levados a crédito da conta reserva nº 12.131-2 a que alude o 4.6 do Termo de Referência do contrato;

(k) Caixa IN22 refere-se Contrato de financiamento nº 0521.445-07, no valor de R\$ 37.000 destinado à implantação da 2ª etapa do projeto de Sistema de Esgotamento Sanitário Pina, Boa Viagem e Imbiribeira para atender a população estimada de cem mil habitantes, na modalidade operacional Esgotamento Sanitário, totalizando um investimento de R\$ 35.150, com as seguintes características: contrapartida de R\$ 1.850 equivalente a 5% do valor do investimento; carência: 22 meses, desembolso no prazo de 18 meses; amortização: o prazo é de 240 meses, contado a partir do término do período de carência, juros: 6% a.a;

(l) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 12602223 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 82.000 junto ao Banco ABC Brasil. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato;

(m) Refere-se a Cédula de Crédito Bancário nº 10343926 emitida em 31 de março de 2023 no valor de R\$ 108.000 junto ao Banco Votorantim. Tem juros remuneratórios de: 100% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros, capitalizada diariamente com base em um ano de 252 dias úteis, acrescido de 3,50% a.a. com base em um ano de 360 dias, correspondente a 0,2871% a.m. calculado exponencialmente, incidente sobre o valor do crédito. O pagamento do principal será feito em 48 parcelas mensais, devidas a partir do 13º mês contado da emissão da Cédula, conforme especificado em contrato.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)**b) Índice de Dívida Líquida sobre EBITDA:**

Os empréstimos junto ao Banco do Brasil e ao Consórcio Banco Votorantim e Banco ABC Brasil, estão contratualmente vinculados ao índice de Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 2,5 e contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 3,0 e a captação com Consórcio Banco Votorantim e Banco ABC Brasil está contratualmente vinculado ao índice Dívida Líquida sobre o EBITDA, tendo contratos como obrigatoriedade o índice ser menor ou igual a 3,0.

Abaixo segue demonstrativo com apuração do índice em 31/12/2023:

Dívida líquida sobre o EBITDA (<=3,00 e 2,5)		31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos - Circulante	+	168.455
Tributos a Recolher - Circulante	+	45.877
Empréstimos e Financiamentos - Não Circulante	+	545.081
Tributos a Recolher - Não Circulante	+	68.245
(-) Impostos sobre Convergência	+	(67.947)
Passivo (C)	=	759.711
Disponibilidades	+	248.579
Aplicações financeiras de longo prazo	+	564
Disponibilidades e Aplicações financeiras (D)	=	249.143
Dívida líquida (E) = (C-D)	=	510.568
EBITDA (Acumulado últimos 12 meses) (F)	=	322.814
Dívida líquida / EBITDA → (E/F)		1,58

O montante de empréstimos registrados no passivo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
2025	166.875	132.932
2026	144.923	120.003
2027	74.719	97.388
2028	158.564	162.495
	545.081	512.818

Os encargos financeiros dos financiamentos aplicados na construção de ativos (intangível) foram capitalizados até a data de início de operação do correspondente ativo.

17. FORNECEDORES**Política Contábil:**

Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado.

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como energia elétrica, água, telefone, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo. A composição de valores dos fornecedores está apresentada a seguir:

Composição dos valores:		31/12/2023	31/12/2022
Fornecedor de energia elétrica		92.225	66.453
Prestadores de serviços (a)		62.620	56.430
Empreiteiros de obras (b)		26.155	20.907
Fornecedores de materiais (c)		17.031	19.556
Outros (d)		28.266	33.842
		226.297	197.188

a) Corresponde, principalmente, a prestação de serviço proveniente da Parceria Público-Privada (PPP) com a BRK Ambiental, e outros serviços associados de leitura, hidromedida, corte e religação;

b) Corresponde, prioritariamente, à realização de obras de investimentos e projetos de engenharia para viabilizar futuros investimentos da Companhia;

c) Corresponde, principalmente, a aquisições de tubulações e materiais para manutenção das redes e obras para investimento;

d) Corresponde, principalmente, a fornecedores de produtos químicos, equipamentos e locação de veículos.

18. PASSIVO FISCAL**Política contábil:**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, podem exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base num prazo considerado como razoável, bem como no nível de lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Em observância ao ICPC 22, a Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração dos impostos e contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa. Diante do exposto, segue a composição dos valores relativos aos tributos correntes e diferidos:

Composição dos valores:		31/12/2023	31/12/2022
		Não Circulante	Não Circulante
Tributos próprios			
Corrente:			
COFINS e PIS	7.885	-	7.368
CSLL	18.566	-	7.410
Outros tributos a recolher	54	-	123
Parcelamento - Outros	-	298	-
	26.505	298	14.901
	26.505	298	14.901
Tributos retidos de terceiros			
Corrente:			
IRRF	4.279	-	5.105
Contribuições sociais (PIS/CO-FINS/CSLL)	2.339	-	1.737
ISS	2.602	-	2.821
INSS	2.414	-	3.936
Outros tributos a recolher	89	-	38
	11.723	-	13.637
	11.723	-	13.637
Passivo fiscal - corrente	38.228	298	28.538

Tributos próprios**Diferido:**

PIS	1.326	-	1.326	-
COFINS	6.323	-	6.323	-
CSLL	-	67.946	-	56.081
Passivo fiscal - diferido	7.649	67.946	7.649	56.081
Total Passivo Fiscal Corrente e Diferido	45.877	68.244	36.187	56.379

19. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR**Política contábil:**

Os salários e encargos englobam as seguintes informações:

Salário, Remunerações e Benefícios: Registram os valores relativos a vencimentos e vantagens fixas e variáveis devidas a empregados;

Férias: Registra as obrigações referentes a férias, provisionadas na base de 1/12 do valor bruto da folha de pagamento mais os encargos incidentes no período aquisitivo;

Encargos Sociais a Pagar: Compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus empregados, compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

Composição dos valores:

		31/12/2023	31/12/2022
Provisão para férias		23.773	25.617
Valores a pagar COMPESASAÚDE		9.637	5.213
INSS a recolher		6.529	7.086
Vale Alimentação		5.568	2.868
FGTS a recolher		2.052	2.380
Valores a pagar COMPESAPREV		1.735	1.859
SESI/SENAI a recolher		575	536
Rescisões		330	257
Salários a pagar		-	9
Outros		775	661
		50.974	46.486

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR**Composição dos valores:**

		31/12/2023		31/12/2022	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Prefeitura de Petrolina (a)		1.057	512	1.057	512
Convênios Municipais (b)		71.593	-	35.143	-
Convênios CODEVASF (c)		-	101.692	-	97.241
Parceria Público-Privada - PPP (d)		-	2.228.393	-	1.962.778
Recuperação CBOS - PPP		-	(629.737)	-	(479.191)
Outros		2.024	-	1.902	-
		74.674	1.700.860	38.102	1.581.340

(a) Prefeitura de Petrolina: em virtude do Instrumento Particular de Confissão de Dívida, Transação e Outras Avenças firmadas com o Município de Petrolina em 18 de dezembro de 2007, a Companhia possui, no seu passivo, o registro de parcelas vincendas decorrentes da indenização à prefeitura de investimentos realizados pelo Município em infraestrutura de distribuição de água e esgotamento sanitário no âmbito do município de Petrolina. Na data do instrumento, o valor da dívida acordada foi de R\$ 14.659, a qual deverá ser paga da seguinte forma: (i) R\$ 740 referente custos de recuperação de sistemas indenizados pela Compesa à prefeitura; (ii) R\$ 13.919 em 12 parcelas mensais fixas e irrevogáveis de R\$ 723 e mais 12 parcelas de R\$ 437 nas mesmas condições. Os valores restantes estão sendo negociados entre as partes, justificando a não movimentação no período/exercício.

(b) Convênios Municipais: valor refere-se à provisão de 6% da arrecadação líquida anual do Município de Recife, conforme termo de atualização do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Companhia e o Município de Recife, assinado em 21 de dezembro de 2021. Tais recursos serão alocados anualmente à Conta do Tesouro Municipal de Recife e serão destinados, preferencialmente, a custear serviços e investimentos na área de saneamento básico.

(c) CODEVASF: Em 30 de maio de 2011, foi celebrado convênio com o Ministério da Integração Nacional, através da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, para implantação, ampliação, intervenções e adequação do sistema de esgotamento sanitário existente no município de Petrolina, inclusive beneficiando as populações das agrovilas no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho do município de Petrolina, com prazo de execução desde julho de 2014, podendo ser prorrogado; valor total do convênio: R\$ 65.000. O convênio encontra-se vigente até a presente data em função de obras em andamento.

(d) Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Público Privada - PPP em benefício da Compesa. (Nota Explicativa 13). O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constantes na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema - COS incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema - CBOS, durante o período previsto da concessão (35 anos).

21. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES**Política contábil:**

A Companhia registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem indícios de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.

Composição dos valores:

		Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		43.789	21.674	65.463
Constituição de provisões		23.314	6.043	29.356
Reversão de provisões		(5.768)	(20.249)	(26.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		61.335	7.468	68.803
Constituição de provisões		20.632	10.151	30.783
Reversão de provisões		-	(637)	(637)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		81.967	16.982	98.949

A Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Foram considerados como perda provável os processos cujo desfecho é desfavorável à Compesa, nos quais há uma estimativa suficientemente segura do valor a ser desembolsado na data do balanço e cuja estimativa de tempo para a efetiva liberação dos recursos para a parte adversa é inferior ao tempo médio de tramitação dos processos submetidos ao mesmo rito processual, perfazendo o montante de 98.949 (R\$ 68.803 em 31/12/2022). Em relação a alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais que se encontram registrados no ativo não circulante no montante de 89.569 (R\$ 71.514 em 31/12/2022).

Ademais, o montante dos processos classificados como possíveis é de R\$ 75.107 (R\$ 19.137 em 31/12/2022).

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**Plano de Aposentadoria - COMPESAPREV****Plano de Benefício Definido (BD)**

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para beneficiários de risco) cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado nessa Nota Explicativa.

A Companhia é patrocinadora da Fundação Compesa de Previdência e Assistência - COMPESAPREV, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, cujo funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 3.950, de 26 de fevereiro de 1987, do Ministério da Previdência Social (MPS), obedecendo às Normas e Resoluções expedidas pela PREVIC.

O Plano de Previdência Complementar em questão é de benefício definido, sendo integrado por Benefícios Programados e por Benefícios de Riscos.

Constam como participantes deste Plano o empregado que estiver em pleno exercício de suas atividades laborativas junto à Patrocinadora (Compesa), bem como o empregado que se desligar do quadro de pessoal da Empresa e continuar na condição de participante do Plano.

Ocorrendo a perda do vínculo empregatício com o Patrocinador, é assegurado ao Participante que não estiver em gozo do benefício pelo Plano, o direito de optar por uma das seguintes situações:

- Tornar-se um participante auto patrocinador;
- Tornar-se um participante em BPD (Benefício Proporcional Definido);
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar Resgate de Contribuição;
- Deixar de ser participante em razão de optar por realizar a Portabilidade.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a COMPESAPREV tem como principal finalidade suplementar, parcial ou totalmente, os benefícios a que tem direito os empregados da Compesa enquanto segurados do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPS).

Os benefícios concedidos pelo Plano são basicamente os seguintes:

Suplementação de aposentadoria por invalidez

Será concedida ao participante durante o período que lhe seja mantida a aposentadoria por invalidez pela Previdência Social, desde que o participante tenha contribuído ininterruptamente, nos últimos 12 meses anteriores ao início deste benefício, desde que a adesão ao plano tenha ocorrido até 90 dias da admissão, caso contrário terá a carência ampliada para 60 meses.

Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação ao participante com idade inferior a 55 anos será concedida desde que este integralize o Fundo de Cobertura correspondente aos encargos adicionais decorrentes da antecipação ou este seja reduzido da suplementação pela aplicação de fator redutor determinado pelo princípio de equivalência atuarial. A suplementação por aposentadoria para os participantes que atendem aos requisitos mínimos da Previdência Social (35 anos participantes do sexo masculino, e 30 anos participantes do sexo feminino) é assegurada o mínimo de 20% do salário real do benefício.

É assegurada para os participantes com tempo de serviço inferior a 35 e 30 anos (sexos masculino e feminino, respectivamente) a suplementação mínima de 14% a 18,80% do salário real de benefício, os participantes que apresentarem tempo de serviço entre 30 e 34 anos para o participante do sexo masculino e 25 e 29 anos do sexo feminino.

Suplementação de aposentadoria por idade

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria por tempo de serviço/contribuição pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação assegurada ao participante é de no mínimo de 20% do salário real do benefício.

Suplementação de aposentadoria especial

Será devida ao participante após a concessão de aposentadoria especial pela Previdência Social e só será suspensa por morte ou cancelamento dessa aposentadoria. Para tanto, o participante deverá ter contribuído ininterruptamente nos últimos 180 meses anteriores ao início desse benefício. A suplementação assegurada ao participante é de no mínimo de 20% do salário real do benefício. A suplementação não poderá ser inferior a tantos 1/20 de 20% do salário real de benefício quantos forem os anos completos e ininterruptos de contribuição ao plano, contados desde a data da última inscrição como participante deste Plano até o máximo de 20/20.

Suplementação de pensão

Será concedida aos dependentes beneficiários uma suplementação de pensão igual à cota familiar de 50% mais 10% como cota individual, por dependente beneficiário, até o máximo de 5, da suplementação de aposentadoria que tiver recebendo ou do que teria direito se na ocasião do falecimento viesse a se aposentar por invalidez pela Previdência Social.

Suplementação de abono anual

Será paga ao participante ou aos dependentes beneficiários na mesma época em que for pago o abono anual pela Previdência Social. A suplementação corresponde a 1/12 da suplementação devida em dezembro, por mês de suplementação recebida durante o ano corrente.

Conforme quadro abaixo, em 31 de dezembro de 2023, a COMPESAPREV possui 2.383 participantes ativos (2.554 em 31 de dezembro de 2022); 1.843 aposentados (1.768 em 31 de dezembro de 2022); 835 pensionistas (807 em 31 de dezembro de 2022); 36 participantes com autopatrocínio (36 em 31 de dezembro de 2022) e 19 participantes com benefício proporcional definido (20 em 31 de dezembro de 2022).

		Plano BD	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos		2.235	2.412
Aposentados		1.843	1.768
Pensionistas		835	807
Autopatrocínio		33	35
Benefício proporcional diferido		19	20
Total		4.965	5.042
		Plano CD	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos		148	142
Aposentados		-	-
Pensionistas		-	-
Autopatrocínio		3	1
Benefício proporcional diferido		-	-
Total		151	143
		Total	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos		2.383	2.554
Aposentados		1.843	1.768
Pensionistas		835	807
Autopatrocínio		36	36
Benefício proporcional diferido		19	20
Total		5.116	5.185

Os principais recursos que a COMPESAPREV dispõe para o seu funcionamento são representados por:

Continua →

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Contribuições dos participantes

Os participantes ativos recolhem à COMPESAPREV valores equivalentes ao resultado da aplicação das seguintes taxas:

- A% (A por cento) da parcela de seu salário real de contribuição, não excedente à metade do menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
B% (B por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre a metade do menor valor teto e o próprio menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
C% (C por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre o menor valor teto e três vezes o menor valor teto de cálculo do benefício complementar;
D% (D por cento) da parcela de seu salário real de contribuição entre três vezes o menor valor teto e o maior valor teto de cálculo do benefício complementar.

Para os participantes assistidos os percentuais A% / B% / C% / D%, vigentes em 31/12/2023, são, respectivamente, de 2,6822% / 5,3643% / 10,7287% / 14,3049% e para os participantes ativos os percentuais A% / B% / C% / D% são, respectivamente, de 2,9697% / 5,9394% / 11,8788% / 15,8384% (agravamento de 10,72%).

Contribuição da entidade patrocinadora

Desde janeiro de 2017, a Patrocinadora COMPESA não realiza mais contribuição suplementar destinada a averbar o tempo de serviço anterior dos Participantes Fundadores do Plano de Benefício Definido da CompesaPrev como tempo de filiação a esse Plano já que a vigência de tal contribuição se encerrou em dezembro de 2016, permanecendo a vigência da contribuição normal de valor igual ao valor total das contribuições normais carregadas e recolhidas a cada mês pelos Participantes Ativos e Assistidos do Plano.

Rendimentos financeiros

A COMPESAPREV dispõe, para seu funcionamento, dos rendimentos resultantes das aplicações financeiras em investimentos, obedecendo ao estabelecido na legislação vigente para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

De acordo com suas demonstrações contábeis, a COMPESAPREV, em 31 de dezembro de 2023, apresenta um Déficit técnico acumulado de R\$ 10.250 (déficit técnico acumulado de R\$ 50.150 em 2022), equivalente a 0,9070131% (2,44691% em 2022) do ativo líquido. Estas mesmas demonstrações contábeis, que não fazem parte dos conjuntos das demonstrações da Compesa, apresentam as seguintes informações adicionais:

Table with 3 columns: Item, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Provisão de benefícios concedidos, Provisão de benefícios a conceder, Exigível atuarial, (Déficit)/Superávit técnico.

Ativo líquido do plano

Em 31 de dezembro de 2023, o valor apurado pela COMPESAPREV (positivo) referente a ajuste dos ativos foi de R\$ 123.216 (R\$ 120.406 em 2022). O aumento do valor do ajuste de precificação se deu pela aquisição de novos títulos públicos ocorrida em 2023 e, considerando o ajuste de precificação, o Plano apresenta um Superávit Técnico Ajustado de R\$ 112.966 (R\$ 70.256 em 2022).

Table with 3 columns: Item, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include (Déficit)/Superávit técnico, Ajuste de precificação, Superávit Técnico Ajustado.

No exercício de 2023, a Companhia repassou à COMPESAPREV R\$ 12.850 (R\$ 11.897 em 2022) a título de contribuição.

Em 31 de dezembro de 2023, para fins de atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia avaliou os benefícios definidos, integrados por Benefícios Programados e por Benefícios de Risco do seu plano COMPESAPREV, mediante a contratação de atuário, o qual avaliou o valor presente das obrigações em R\$ 1.070.768 (R\$ 965.877 em 2022) e o valor justo dos ativos em R\$ 1.205.790 (R\$ 1.068.710 em 2022), resultando em um Ativo Líquido de R\$ 135.022 (R\$ 102.834 em 2022) à COMPESAPREV, conforme demonstrativo.

Variação do valor presente das obrigações e valor justo do ativo do plano:

Aumento/(diminuição) no valor presente das obrigações

Table with 3 columns: Item, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Valor presente das obrigações - Saldo inicial, Custos do serviço corrente, Juros sobre o valor presente das obrigações, Ganhos atuariais, Benefícios pagos, Valor presente das obrigações - Saldo final.

Variação no valor justo dos ativos do plano do exercício é a seguinte:

Table with 3 columns: Item, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Valor justo dos ativos do plano saldo inicial, Contribuição do empregador, Contribuição do empregado, Retorno obtido pelos ativos do plano, Perdas/ (ganhos) atuariais, Benefícios pagos, Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro, Ativo/Passivo da patrocinadora.

No exercício de 2023, o ativo líquido de benefícios previdenciários não foi reconhecido em virtude de não atender o previsto nos itens 64b e 64c da CPC 33 (R1), e não existir qualquer ativo líquido a ser reconhecido pela Compesa em relação ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV.

Posição do passivo (ativo) do plano:

Table with 3 columns: Item, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Valor justo do ativo do Plano, Valor presente da obrigação vencida, Valor presente da obrigação a vencer, Valor líquido das obrigações, Ativo/Passivo para a patrocinadora.

Aspectos:

a) Considerando a necessidade da Compesa em proceder ao reconhecimento do Passivo Líquido relacionado ao Plano de Benefício Definido por ela patrocinado junto à COMPESAPREV;

b) Considerando que o Patrimônio do Benefício Definido é segregado do Patrimônio da Compesa;

c) Considerando que a Compesa é a única Patrocinadora responsável pelo Plano de Benefício Definido patrocinado por ela a junto à COMPESAPREV.

Verifica-se que o Passivo Líquido de R\$ (135.022) a ser reconhecido em 31/12/2023 relativo ao Plano Previdenciário do tipo Benefício Definido patrocinado pela Compesa junto à COMPESAPREV, por ser negativo, corresponde a um Ativo líquido.

No entanto, considerando que, na Avaliação Atuarial elaborada em conformidade com as Normas da Superintendência da Previdência Complementar - PREVIC, a situação atuarial desse Benefício Definido patrocinado pela Compesa para seus empregados e ex-empregados participantes do Plano apresentava um déficit Técnico Contábil em 31/12/2023, de R\$ (10.250), esse Passivo Líquido de R\$ (135.022) corresponde a um Ativo Líquido que não é passível de ser reconhecido pela empresa patrocinadora.

Cálculo da estimativa do custo esperado:

Table with 3 columns: Item, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Custos do serviço corrente, Custos dos juros, Contribuição esperada, Receita estimada esperada.

Premissas atuariais atualizadas

Taxa de Juros (descontos) para a avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total, bem como a Taxa de Rendimento esperada sobre os ativos do Plano: 5,48% (*) ao ano, em termos reais, e, 9,70% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros, da ordem de 4,0% ao ano (inflação que leva em consideração o Estudo da I9Advisory que serviu de base ao ALM da CompesaPrev, referido no JM/2443/2023 de 24/11/2023).

Corresponde a uma taxa real de desconto de 5,48% ao ano considerando as taxas de juros reais das NTN-B do Governo Federal Brasileiro compatíveis com o prazo médio (Duration) dos compromissos do Plano entre 14,50 anos.

Taxa de crescimento real de salário: 2,44% ao ano, em termos reais, e 6,54% ao ano, em termos nominais, considerando uma inflação média anual, ao longo dos anos futuros de 4,0% ao ano, conforme Estudo Técnico de Adequação do Crescimento Real de Salário apresentado através do JM/2443/2023 de 24/11/2023.

Índice do Reajuste de Benefício Concedido de Prestação Continuada: da ordem de 4,0% ao ano (igual à inflação anual projetada para os anos futuros).

Inflação Projetada: da ordem de 4,0% ao ano (considerando os anos futuros de existência do Plano), tomando por base o indicado através do Estudo apresentado pelo JM/2443/2023 de 24/11/2023.

Fator de Capacidade de Benefício de Prestação Continuada de preservar seu poder aquisitivo entre 2 (dois) reajustes anuais consecutivos ao longo dos anos futuros: 0,9777 ou 97,77% (compatível com a Inflação Projetada da ordem de 4,0% ao ano).

Rotatividade: Considerada nula para refletir, de forma prudente, o reflexo da introdução do Instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD) e a existência do Instituto Autopatrocínio.

Tábua Geral de Mortalidade: qx da AT-2000 (masculina), em conformidade com o teste de aderência de Sobrevida/Mortalidade Geral apresentado através do JM/2443/2023 de 24 de novembro de 2023.

Tábua de Mortalidade de Invalídios: qx da AT-49 (masculina) em conformidade com o teste de aderência de Sobrevida/Mortalidade de Invalídios apresentado através do JM/2443/2023 de 24/11/2023.

Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas, em conformidade com o teste de aderência de Entrada em Invalidez apresentado através do JM/2443/2023 de 24/11/2023.

Composição de Família: experiência obtida na empresa patrocinadora (COMPESA) no que se refere aos Participantes ainda Não Assistidos atualizada em 2023 e família efetiva no que se refere aos Assistidos (Aposentados e Pensionistas), em conformidade com o apresentado através do JM/2443/2023 de 24/11/2023.

Entrada em Aposentadoria (Programada): os participantes ativos, que não estejam na condição de Autopatrocinados ou em Benefício Proporcional Diferido, irão requerer benefício de aposentadoria programada 1 (um) ano após preencherem todos os requisitos para requererem benefício pleno de aposentadoria, em conformidade com o apresentado através do JM/2443/2023 de 24/11/2023.

Para os Participantes do Plano, que poderão entrar em gozo de Suplementação Antecipada, informados pela COMPESA, (Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço / Contribuição com conversão de Tempo de Serviço Especial em Normal): se realiza a correspondente conversão de Tempo de Serviço Especial em Tempo de Serviço Normal.

Abertura do Plano de Contribuição Definida (CD)

No dia 16 de novembro de 2020, A PREVIC publicou a Portaria PREVIC nº 782, no Diário Oficial da União, que aprovou o fechamento do Plano de Benefícios Definidos (BD) para novas adesões. Entretanto, está garantido o direito adquirido e acumulado de todos os participantes e assistidos vinculados a ele.

Com base nisso, a COMPESAPREV se estruturou para oferecer aos empregados da Compesa um novo plano de previdência complementar: o Plano de Contribuição Definida (CD), que tem a Compesa como Patrocinadora Original, atende a interesses comuns e se adequa à realidade das demais entidades fechadas de Previdência Complementar do Brasil.

Considerado um passo importante, a implantação desse novo plano representa uma adequação ao cenário econômico e social atual, acompanhando a tendência dos demais planos de previdência complementar nacional. O Plano CD é um plano de previdência complementar em que os benefícios são mensurados em função das contribuições e rentabilidade alcançada nos investimentos.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase em que recebe os benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

O Plano CD teve sua operacionalização iniciada em 17/03/2021 e suas principais vantagens são a manutenção do padrão de renda após a aposentadoria; o investimento compartilhado com a Compesa; a opção de contribuição flexível; o empréstimo com uma das menores taxas de mercado; o direito de aderir ao Plano de Saúde; e a Dedução no Imposto de Renda.

22.2 Plano de Assistência Médica - COMPESASAÚDE

A Companhia também é patrocinadora do Plano de Assistência médico-hospitalar e odontológico (denominado COMPESASAÚDE), que é administrado pela COMPESAPREV, cujas contribuições são calculadas individualmente com o auxílio da tabela de contribuição mensal, lastreada em sua faixa de remuneração, no tamanho da sua família e na faixa etária.

O COMPESASAÚDE possui três modalidades de planos: Plano I e II (fechados para novas adesões) e Plano III (em funcionamento desde janeiro/2015). São compostos por titulares associados (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao Plano de Incentivo à Aposentadoria - PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, sócios auto patrocinados, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), titulares não associados à COMPESAPREV inscritos no COMPESASAÚDE até 25 de maio de 2001 (empregados ativos, aposentados com direito e sem direito ao PIA, empregados com contrato de trabalho suspenso, servidores públicos ou empregados de outras entidades cedidos à COMPESA, pensionistas ativos ou aposentados falecidos), dependentes e agregados.

Os planos caracterizam-se pelo completo atendimento aos procedimentos descritos na norma interna SAD 102/98, no Regulamento do Plano e nos demais atos normativos em vigor no que diz respeito às coberturas, às exclusões, às carências e ao padrão de acomodação hospitalar.

Os planos são custeados pelas contribuições mensais dos seus associados, em pré-pagamento, conforme tabelas definidas por ocasião da avaliação atuarial de planos, e em pós-pagamento, referente aos valores correspondentes à coparticipação. A Patrocinadora participa do custeio do plano, conforme regras acordadas anualmente por ocasião da Avaliação Atuarial do Plano e revisão do Plano de Custeio do COMPESASAÚDE.

Compromisso da Patrocinadora aos Empregados no Pós-Emprego

A Patrocinadora COMPESA, através do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, que vem se renovando anualmente, assumiu o compromisso de custear o Plano COMPESASAÚDE relativamente às perdas de arrecadação mensal em função da adoção dos tetos máximos de desconto, sobre a remuneração do aposentado ou pensionista de 20% (vinte por cento) ou 25% (vinte e cinco por cento) para os titulares que se enquadram nos benefícios do ACT. Estas duas perdas, somadas, representam 23,75% (28,82% em 2022) da arrecadação da categoria de aposentados e pensionistas do COMPESASAÚDE, apurado em 2023.

Em 2023, a Companhia reconheceu no resultado, a título de contribuição ao Plano de Assistência Médica, o montante de R\$ 63.965 (R\$ 57.377 em 2022).

Com o advento da Resolução Normativa-RN nº 254/2011, artigo 27, a partir de 04 de agosto 2012 os contratos coletivos vigentes não poderão receber novos beneficiários, ressalvados os casos de inclusão de novo cônjuge e filhos do titular.

Em 2023, a Companhia, em atendimento ao disposto no CPC 33 - Benefícios a empregados, promoveu a mensuração de benefícios de assistência à saúde pós-emprego, os quais requerem a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros.

Table with 3 columns: Item, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício/ ano, Taxa de desconto atuarial do ano anterior, (-) Custo do serviço passado não reconhecido, (-) Custo de juros sobre a obrigação, (-) Custo do serviço corrente previsto para o ano, (+) Benefícios pagos no ano, Perda atuarial do exercício, Obrigação total no exercício, Valor justo dos ativos do plano no início do exercício, Taxa de retorno esperado para os ativos do plano, (+) Custo de juros sobre a obrigação, (+) Contribuição da Patrocinadora, (-) Benefícios pagos no exercício, Ganho sobre os ativos do plano no exercício, Valor justo dos ativos no exercício, Custo do serviço passado não reconhecido, Ganho/ (perda) atuarial no exercício, Ganho sobre os ativos do plano no exercício, Apuração do resultado do exercício, Passivo a reconhecer no exercício.

Premissas atuariais utilizadas:

Bases técnicas e biométricas

- a) Tábua de Mortalidade de Válidos: AT-2000 (diferenciada para Homens e Mulheres);
b) Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas;
c) Tábua de Mortalidade de Invalídios: AT-49 Male
d) Taxa de Desconto da avaliação de 2022 = 11,92% a.a.;
e) Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2022 = 11,92% a.a.;
f) Taxa de Inflação da avaliação de 2022 = 5,79% a.a.;
g) Crescimento real dos custos médicos em 2022 = 3,00% a.a.;
h) Taxa de Rotatividade em 2022 = não adotada;
i) Taxa de Desconto da avaliação de 2023 = 9,19% a.a.;
j) Taxa de Retorno Esperado dos Ativos da avaliação de 2022 = 9,19% a.a.;
k) Taxa de Inflação da avaliação de 2023 = 3,81% a.a.;
l) Crescimento real dos custos médicos em 2023 = 3,00% a.a.;
m) Taxa de Rotatividade em 2023 = não adotada;
n) Duration calculada em 2023 = 13,19 anos;
o) Regime de Capitalização para todos os benefícios;
p) Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC).

Tabelas utilizadas:

- a) COMPESAPREV, para diárias, taxas de sala, internações, uso de equipamentos, atendimentos ambulatoriais e serviços hospitalares, com referencial anual de correção pela variação do INPC-IBGE;
b) Medicamentos: SIMPRO - negociação diretamente com os prestadores;
c) Medicamentos: BRASÍNDICE - preço de fábrica com acréscimo negociado diretamente com os prestadores;
d) Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM): edição/2010, com valores de Consultas Médicas, SADT's e demais procedimentos acordados entre a operadora e os prestadores de serviço.

Taxas de utilização dos procedimentos assistenciais

Tabelas de morbidade ajustadas com as próprias experiências da COMPESAPREV.

Demais premissas e hipóteses

- a) Despesas Não Assistenciais, destinadas à cobertura das despesas administrativas totais dos Planos, fixadas em 12% (doze por cento) das receitas mensais;
b) Pré-requisitos para entrada em aposentadoria do titular (plano previdenciário): possuir cumulativamente 55 anos de idade, 30 anos (mulheres) ou 35 anos (homens) de contribuição à Previdência Social e 20 anos de plano (CompesaPrev);
c) Idade para permanência de filhos e equiparados: até 24 (vinte e quatro) anos;
d) Banco de Dados (informações fornecidas pela COMPESAPREV):
• Sinistros (Despesas): janeiro/2023 a dezembro/2023 (janeiro/2022 a dezembro/2022 para o cálculo 2022);
• Beneficiários (Cadastro): dezembro/2023 (dezembro/2022 para o cálculo de 2021);
• Resultados posicionados em 31 de dezembro de 2022 e 2023, respectivamente.

22.3 Plano de Incentivo à Aposentadoria - PIA

Consta no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2021-2023) que a Compesa dispõe de Plano de Incentivo à Aposentadoria (PIA), o qual realizará o pagamento de um "prêmio aposentadoria", em uma única parcela, correspondente a um dos seguintes valores, conforme opção do empregado:

- Modalidade A: dez vezes o piso salarial da Compesa; ou
• Modalidade B: cinco vezes o salário contratual básico do empregado; ou
• Modalidade C: valor igual a 30% do saldo do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para fins rescisório, relativo, exclusivamente, ao contrato de trabalho mantido com a Compesa.

O "prêmio aposentadoria", nas modalidades A e B, terá seu valor calculado com base na Tabela Salarial vigente na data em que ocorrer o seu pagamento.

O saldo da conta do FGTS considerado como base de cálculo dos 30%, referido na modalidade C, será o do mês de concessão da aposentadoria, após a incidência dos juros e da atualização monetária, até o mês imediatamente anterior ao do pagamento do "prêmio aposentadoria".

Farão jus ao valor do "prêmio aposentadoria", os empregados que, ao se aposentarem, tenham completado dez anos de contrato de trabalho com a Compesa. Atendido esse requisito, o empregado deverá comunicar à Compesa o recebimento da Carta de Concessão de Aposentadoria da Previdência Social, para fins de desligamento da Companhia, em até 30 dias contados da data de sua expedição.

Em atendimento ao disposto no CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, a Companhia promoveu a mensuração de benefícios de plano de incentivo à aposentadoria. A Companhia reconhece como despesa atuarial os valores presentes das obrigações com os benefícios pós-emprego, com base em laudos atuariais do exercício de 2023.

Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)

Instituído por meio da aprovação do ACT 2021-2023, o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) é direcionado aos empregados aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com data de aposentadoria anterior à entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, publicada em 13 de novembro de 2019, e que permaneçam trabalhando na Compesa.

Atendidos todos os requisitos, os inscritos no PIDV farão jus a um "Prêmio ao Desligamento Voluntário", conforme critérios abaixo estabelecidos:

- a) Para os empregados que nunca se inscreveram em Planos de Incentivo ao Desligamento, o pagamento, em uma única parcela, a título de "prêmio ao desligamento voluntário", conforme opção do empregado, dentre as modalidades abaixo:
• MODALIDADE A: 10 (dez) vezes o piso salarial;
• MODALIDADE B: 05 (cinco) vezes o salário contratual básico do beneficiário;

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

• MODALIDADE C: valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo, exclusivamente, ao contrato mantido com a Compesa

b) Pagamento do prêmio no valor de 20% (vinte por cento) do saldo depositado pela Compesa na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para os empregados que já se inscreveram em Planos de Incentivo ao Desligamento anteriores e desistiram.

Em abril de 2023, a Companhia abriu novas inscrições para o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário. Estiveram aptos a aderir ao Plano os empregados que tinham no mínimo 05 (cinco) anos de vínculo empregatício com a Companhia na data da inscrição. O término do período de inscrição foi em 17 de maio de 2023 e foram inscritos 133 colaboradores, com a saída do último grupo de desligados em 05/06/23.

Pecúlio por Morte e Invalidez

A Compesa concede um Pecúlio por Morte e por Invalidez, cujo capital individual segurado é de 3 (três) vezes o valor do seu Piso Salarial sendo pago das seguintes formas: i) 100% em caso de morte natural ou de entrada em aposentadoria definitiva do empregado; ii) 200% em caso de morte acidental do empregado; iii) 50% em caso de morte natural do cônjuge ou companheira (o); iv) 100% em caso de morte acidental do cônjuge ou companheira(o); e v) 10% em caso de morte de filho(s) de até 21 anos de idade ou inválidos.

Não se registra de forma diversa do plano de previdência complementar do tipo benefício definido, patrocinado pela Compesa com a COMPESAPREV, a existência de qualquer fundo segregado para dar cobertura aos benefícios pós-emprego apresentados.

Premissas atuariais utilizadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de descontos	9,54% ao ano (5,33% acima da Inflação Projetada).	10,36% ao ano (6,12% acima da Inflação Projetada).

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de rendimentos esperada sobre o valor justo do ativo	Não aplicável por não existir Ativo Segregado.	Não aplicável por não existir Ativo Segregado.

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de crescimento salarial	No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,04% ao ano, (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência da componente Produtividade Geral); e	No que se refere ao Piso Salarial da COMPESA: 5,04% ao ano (1% acima da Inflação Projetada, considerando a incidência do componente Produtividade Geral); e

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Rendimentos do FGTS	1,9712% ao ano(*), acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,0% ao ano e considerando que o rendimento do FGTS de 3% mais TR esteja agregando, a partir de 2017, boa parte do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo (estimado esse acréscimo no médio e longo prazos da ordem de 50% de 4,0% ao ano, ou seja, de 2,0% ao ano).	1,9712% ao ano acima da Inflação Projetada, considerando que anualmente a variação da TR fique, em média, 3% abaixo da Inflação Projetada de 4,0% ao ano, considerando que o rendimento do FGTS de 3% mais TR esteja agregando, a partir de 2017, o correspondente a 50% do rendimento líquido apurado com a aplicação desse Fundo (estimado esse acréscimo em 50% de 4% ao ano, ou seja, 2% ao ano)

	31/12/2023	31/12/2022
Inflação Projetada	4,0% ao ano.	4,0% ao ano.

	31/12/2023	31/12/2022
Rotatividade	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade	2% ao ano até o empregado completar 45 anos de idade e 0% ao ano (Nula) a partir do momento em que o empregado completar 45 anos de idade.

	31/12/2023	31/12/2022
Tábua Geral de Mortalidade	qx da AT 2000 (masculina).	qx da AT 2000(masculina).

	31/12/2023	31/12/2022
Tábua de Entrada em Invalidez	ix da tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas	ix da tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas

	31/12/2023	31/12/2022
Composição de Família (Cobertura do Pecúlio por Morte)	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA junto à CompesaPrev,	Experiência dos empregados participantes do Plano Previdenciário de Benefício Definido patrocinado pela COMPESA com a COMPESAPREV

	31/12/2023	31/12/2022
Status de cobertura		

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações do PIA no início do exercício	71.894	66.742

	31/12/2023	31/12/2022
Status de cobertura: (superávit)	73.863	71.894

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo líquido da empresa patrocinadora no final do exercício	73.863	71.894

	31/12/2023	31/12/2022
Custos esperados pós-emprego		

	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente	3.913	3.913

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos juros	6.770	6.769

	31/12/2023	31/12/2022
Custo esperado estimado para o próximo ano	10.683	10.682

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações		

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações no início do período	71.894	66.742

	31/12/2023	31/12/2022
Custos dos serviços correntes	3.913	3.682

	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre o valor presente das obrigações	6.770	5.861

	31/12/2023	31/12/2022
(Perdas)/ganhos atuariais	6.903	(1.437)

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios pagos	(15.617)	(2.954)

	31/12/2023	31/12/2022
Aposentados	-	-

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações no final do período	73.863	71.894

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios a empregados		

	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo do ativo do plano	(1.205.790)	(1.068.711)

	31/12/2023	31/12/2022
Valor líquido das obrigações	1.070.768	965.877

	31/12/2023	31/12/2022
Plano de Previdência COMPESAPREV	(135.022)	(102.834)

	31/12/2023	31/12/2022
Valor do Ativo/passivo do plano	(135.022)	(102.834)

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV	-	-

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações	267.312	215.158

	31/12/2023	31/12/2022
Valor justo dos ativos	(11.306)	(17.690)

	31/12/2023	31/12/2022
Plano de assistência COMPESASAÚDE	256.006	197.468

	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações anterior	71.894	66.742

Posição do benefício a empregados em dezembro de 2023 e dezembro de 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios a empregados		
Valor justo do ativo do plano	(1.205.790)	(1.068.711)
Valor líquido das obrigações	1.070.768	965.877
Plano de Previdência COMPESAPREV	(135.022)	(102.834)
Valor do Ativo/passivo do plano	(135.022)	(102.834)
Saldo do Plano de Previdência COMPESAPREV	-	-
Valor presente das obrigações	267.312	215.158
Valor justo dos ativos	(11.306)	(17.690)
Plano de assistência COMPESASAÚDE	256.006	197.468
Valor presente das obrigações anterior	71.894	66.742
Custos dos serviços correntes	3.913	3.682
Juros sobre as obrigações	6.770	5.861
Perdas e ganhos atuariais	6.903	(1.437)
Benefícios pagos	(15.617)	(2.954)
Aposentados	-	-
Benefício Pós-emprego (PIA)	73.863	71.894
Total	329.869	269.362

23. PARTES RELACIONADAS

Política contábil:

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado de Pernambuco e alguns municípios, conforme demonstrado nesta Nota Explicativa.

A Companhia considera como partes relacionadas o Estado de Pernambuco e seus órgãos, assim como as prefeituras municipais que detenham participação em seu quadro societário oriundas dos contratos de concessão, entre outros.

Adicionalmente, a Companhia também reconhece como parte relacionada a Parceria Pública Privada (PPP) celebrada com a empresa BRK Ambiental. A Compesa manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

- Serviços de esgotamento sanitário da Região Metropolitana de Recife por meio da Parceria Pública Privada (PPP) com a empresa BRK Ambiental;
- Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário cobrado nas mesmas condições e tarifas normais de mercado para o setor público;
- Contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos;
- Remuneração dos administradores;

Composição dos valores:

Parceria Público-Privada (PPP): O saldo corresponde aos bens adquiridos ou em construção pela BRK Ambiental previsto no contrato de Parceria Pública Privada (PPP) em benefício da Compesa. O referido saldo não possui a característica de realização pelo pagamento, uma vez que os recursos para investimento transferidos à BRK Ambiental estão baseados em fluxos mensais de pagamento, constante na proposta econômica, e realizados por meio da contraprestação da operação do sistema (COS) incluído nos pagamentos referentes à contraprestação básica da operação do sistema (CBOS), durante o período da concessão previsto para 35 anos.

Balanço patrimonial - 31/12/2023

	Passivo circulante	Passivo não circulante
BRK Ambiental	4.896	2.228.393
BRK Ambiental - CBOS	-	(629.737)

Demonstração do Resultado - 31/12/2023

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa		(388.707)
Receita com serviço de construção (nota 25)		235.487
Custo com serviço de construção (nota 26)		(235.487)

Demais operações: Refere-se aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o setor público que são cobrados nas mesmas condições e tarifas normais de mercado; aos contratos de financiamentos celebrados entre o Governo do Estado de Pernambuco e a instituição financeira na qual a Companhia figura como interveniente responsável pela implantação, operação e manutenção dos empreendimentos.

A seguir apresenta-se a composição dos valores relativos as demais operações vinculadas às partes relacionadas da Compesa:

	31/12/2023	31/12/2022
Estado de Pernambuco e órgãos estaduais	9.569	9.759

	31/12/2023	31/12/2022
Outras partes relacionadas		

	31/12/2023	31/12/2022
Prefeituras e órgãos municipais	65.479	54.875

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	9.716	-

	31/12/2023	31/12/2022
Outros (Convênios)	5.384	-

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	66.496	6.392

	31/12/2023	31/12/2022
Outros (Convênios)	138.673	-

	31/12/2023	31/12/2022
Outros (Convênios)	138.673	-

	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio	-	160.472

	31/12/2023	31/12/2022
Petrolina	1.057	512

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

(em Milhares de R\$)	Período: 12/2023
	Ações nominativas sem valor nominal
	Ordinárias

Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	202.971.393	7.468.746

Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
Total	202.971.393	7.468.746

Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	6	-

Sudene	70.951	3.036
Ad Diper	5.311	227
Pref.Mun.de Olinda	3.411	146
Pref.Mun.de Gravatá	955	41
Codevasf	741	32
Outros(**)	4.809	206
Total	86.184	3.688

Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	202.971.399	7.468.746

Sudene	70.951	3.036
Ad Diper	5.311	227
Pref.Mun.de Olinda	3.411	146
Pref.Mun.de Gravatá	955	41
Codevasf	741	32
Outros(**)	4.809	206
Total	203.057.577	7.472.434

Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	189.962.966	6.979.103

Sudene	-	-
Ad Diper	-	-
Pref.Mun.de Olinda	-	-
Pref.Mun.de Gravatá	-	-
Codevasf	-	-
Outros(**)	-	-
Total	189.962.966	6.979.103

Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	6	-

Sudene	70.522	3.020
Ad Diper	5.279	226
Pref.Mun.de Olinda	3.390	145
Pref.Mun.de Gravatá	949	41
Codevasf	737	32
Outros(**)	4.781	205
Total	85.664	3.669

Acionistas	Qtd	Valor (R\$)
Estado de Pernambuco(*)	189.962.972	6.979.103

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Movimentação AFAC	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial de adiantamento	445.930	328.396
Quantidade de ações	12.121	8.926
Adiantamento no período/exercício	231.707	445.930
Quantidade de ações	6.159	12.121
Incorporação ao capital social	445.930	328.396
Quantidade de ações	11.854	8.926
Saldo final de adiantamentos	231.707	445.930
Quantidade de ações	6.427	12.121

Até 31/12/2023, foi recebido adiantamento do Estado de Pernambuco, mediante empreendimento, no valor de R\$ 231.707 (R\$ 445.930 em 31/12/2022) em consonância com a aprovação dos investimentos em água e esgoto autorizados pela lei orçamentária anual. O saldo de Créditos para aumento de capital totalizou no período o montante de R\$ 231.707 (R\$ 445.930 em 31/12/2022).

c) Reservas de Lucros

No exercício de 2023, a Companhia constituiu reservas de lucro de acordo com a Lei das S/A (6.404/1976) e seu estatuto social, capítulo VII. A seguir apresentam-se os valores contabilizados:

Distribuição do Lucro	31/12/2023
Lucro do exercício	90.709
Lucro a distribuir	90.709
Juros s/ capital próprio - JCP	(i) (19.810)
Reserva legal	5% (ii) (4.535)
Reserva p/ aumento capital	10% (iii) (9.071)
Dividendo adicional proposto	57.293
Participação - Estado PE	99,95% 57.268
Participação - Outros	0,05% 25

i. Nota Técnica: Juros sobre Capital Próprio poderá ser atribuído como dividendo mínimo.
ii. Art. 43 do Estatuto: Reserva Legal = (Lucro a distribuir: 5%)
iii. Art. 43 do Estatuto: Reserva para Aumento de Capital = (Lucro a distribuir: 10%)

d) Remuneração aos Acionistas

A Companhia mantém no Passivo Não Circulante saldo de créditos a pagar ao seu acionista majoritário - Estado de Pernambuco. Tais créditos se referem a Juros sobre Capital Próprio - JCP de exercícios anteriores aprovados em atas de Assembleia Geral e Ordinária, que totalizaram 160.472 (R\$ 145.004 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o JCP apurado totalizou R\$ 19.810 (R\$ 15.475 em 2022), sendo R\$ 19.802 (R\$ 15.468 em 2022) a ser pago ao Estado de Pernambuco e R\$ 8 (R\$ 8 em 2022) a ser pago aos acionistas minoritários. O crédito dos acionistas minoritários foi adicionado ao saldo inicial totalizou R\$ 245 (R\$ 237 em 2022).

O saldo final de JCP apresentado no Passivo Circulante foi de R\$ 20.047 (R\$ 15.705 em 2022), conforme quadro a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Acionista Majoritário (PE)	19.802	160.472	15.468	145.004
Acionistas Minoritários	245	-	237	-
	20.047	160.472	15.705	145.004

e) Contratos de concessão - Prefeituras - Pagamento baseado em ações

Quando do início da vigência do contrato de concessão celebrado com as prefeituras de Olinda, Gravata, Vitória Santo Antão, Bodocó, Carnaíba, Altinho, Flores, Bonito, Salgueiro, Surubim, Itapetim, S. Maria Boa Vista, Bom Jardim, Tracunhaém, S. J. do Belmonte, Ibirajuba, R. das Almas, Itamaracá, Jataúba, Rio Formoso, Sertânia, Correntes, S. Lourenço Mata, Buenos Aires, Ipojuca, Cupira, Palmeirina, Igarassu, Chã Grande, Sairé, S. Cruz do Capibaribe, Belo Jardim, Carpina, Floresta, Belém de Maria, Barreiros, Parnamirim, S. J. da Coroa Grande, Exú, Brejinho, Vicência, Sítio dos Moreira, Granito, Sirinhaém, Ingazeira, Calumbi, Jurema, Pedra, Mirandiba, Limoeiro, Cachoeirinha, S. Bento do Una, Betânia, Cabo, Pombos, Marajal, Lagoa do Ouro, Paulista, Sertânia, Lagoa dos Gatos, Caruaru, Terra Nova, Garanhuns, Agrestina, Timbaúba, Canhotinho, Ipubi, Tacaimbó, Barra de Guabiraba, Jupi, Camutanga, Vertentes, Bezerros, Pesqueira, Triunfo, Glória do Goitá, Condado, Ferreiros, Orocó, Igaracá, Custódia, Verdejante, João Alfredo, Taquaritinga do Norte, Brejão, Afrânio e Capoeiras, a Companhia adquiriu o ativo imobilizado da concedente naquela data e deu em pagamento o montante correspondente em ações preferenciais da Compesa.

Ao final do prazo da concessão ou havendo a sua rescisão antecipada, a Compesa encontra-se obrigada a efetuar a recompra das ações representativas do seu capital social.

25. RECEITAS OPERACIONAIS

Política contábil:

Receita de Serviços: As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. De acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e considerando o Objeto Social da Companhia, em que é possível verificar que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho, o reconhecimento ocorre pelo faturamento em uma base cíclica mensal ao valor justo da contrapartida a receber. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre elas, incluindo ainda os valores dos acréscimos por impuntualidade de clientes (multa). As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

Receita de Construção: A receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

Composição das receitas operacionais:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receita de Venda		
Serviços de abastecimento de água	1.820.692	1.656.310
Serviços de esgotamento sanitário	614.941	524.929
Serviços de construção (a)	494.474	974.029
	2.930.107	3.155.268
Deduções da receita		
COFINS e PIS	(87.832)	(78.255)
Cancelamentos	(19.843)	(17.193)
	(107.675)	(95.447)
Total	2.822.432	3.059.820

a) Em 31 de dezembro de 2023, a receita dos serviços de construção efetuada pela Compesa corresponde a R\$ 258.987 (R\$ 588.296 em 31/12/2022), enquanto a receita de construção decorrente da participação da PPP foi de R\$ 235.487 (R\$ 385.733 em 31/12/2022) totalizando 494.474 (R\$ 974.029 em 31/12/2022).

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Pessoal	(305.205)	(309.115)
Energia elétrica	(346.069)	(337.555)
Serviços de terceiros	(517.609)	(542.278)
Materiais	(32.981)	(33.474)
Produtos químicos	(163.525)	(104.002)
Depreciação e Amortização	(102.775)	(84.509)
Despesas gerais	(38.339)	(39.937)
Custo de construção	(494.474)	(974.029)
Total	(2.000.977)	(2.424.899)

Em atendimento ao CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconheceu a receita de construção e o seu correspondente custo de construção no resultado do exercício em 31/12/2023, considerando uma margem zero para tais contratos, uma vez que a Administração não espera obter resultados desta operação, por não considerar esta atividade como sua atividade fim.

27. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS, TRIBUTOS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

a) Despesa Comercial:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Perdas por créditos não liquidados	(203.668)	(107.146)
Serviços de terceiros	(46.296)	(47.398)
Pessoal	(24.875)	(35.128)
Energia elétrica	(440)	(599)
Depreciação e amortização	(533)	(677)
Despesas gerais	(231)	(94)
Materiais	(98)	(192)
Total	(276.141)	(191.234)

b) Despesa Administrativa:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Pessoal	(112.853)	(102.443)
Despesas gerais (a)	(110.408)	(58.405)
Serviços de terceiros	(91.856)	(110.109)
Depreciação e Amortização	(14.185)	(8.300)
Energia elétrica	(2.111)	(2.042)
Materiais	(943)	(6.583)
Total	(332.356)	(287.882)

(a) Em 2023 as contas contábeis de despesa com combustíveis e despesa com serviço de arrecadação foram reclassificadas para o grupo de Despesas Gerais. Em 2022 essas despesas eram apresentadas nos grupos de Materiais e Serviços de terceiros, respectivamente.

c) Despesa Tributária:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Outras Taxas e Contribuições Estaduais	(11.313)	(10.075)
Taxa outorga captação d'água	(2.572)	(1.680)
Alvará de Funcionamento	(1.577)	(750)
Taxas e Emolumentos	(814)	(1.540)
Outras Taxas e Contribuições Federais	(326)	(135)
Outras Taxas e Contribuições Municipais	(42)	(76)
PIS/PASEP	(2)	(10)
IOF	(2)	-
COFINS	(9)	(46)
Total	(16.657)	(14.312)

d) Outras Receitas e Despesas:

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Multa impuntualidade	5.271	1.517
Receitas de alugueis	1.026	980
Taxa de administração de recebíveis	196	190
Outras receitas e despesas operacionais	1.961	3.322
Total	8.454	6.009

28. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receitas		
Receita financeira de clientes (a)	44.478	41.146
Rendimentos de aplicações financeiras (b)	21.795	23.681
Outras receitas financeiras	1.576	1.390
Ajuste a valor presente	574	1.707
	68.423	67.924
Despesas		
Perda atuarial	(30.308)	(24.750)
Encargos de captação (empréstimos e financiamento)	(82.966)	(51.819)
Descontos concedidos	(43.176)	(40.508)
Demais encargos financeiros	(2.998)	(9.976)
	(159.448)	(127.053)
Resultado financeiro líquido	(91.025)	(59.129)

(a) O valor é composto por juros de clientes, no valor de R\$ 5.049 (R\$ 4.695 em 31/12/2022), e multa por impuntualidade no pagamento das faturas, no valor de R\$ 39.429 (R\$ 36.451 em 31/12/2022) totalizando R\$ 44.478 (R\$ 41.146 em 31/12/2022);

(b) O saldo corresponde a rendimentos auferidos nas aplicações financeiras provenientes de recursos aportados pelo governo do Estado de Pernambuco, no exercício de 2023, para investimentos ainda não realizados, bem como aplicação de valores referente a repasses de Convênios, como, por exemplo, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF com base no convênio nº 0.011.00/2011.

29. SEGUROS

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens. No entanto, em seus termos de contrato junto a fornecedores de obras, a Compesa prevê que estes devem realizar um seguro contra risco de acidentes de trabalhos de seus empregados e de terceiros. Ocorrendo a hipótese de sinistro não coberto pelo seguro contratado, a contratada responderá pelos danos e prejuízos que, eventualmente, causar à Companhia ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes.

Adicionalmente, a Compesa possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas e cíveis.

30. RISCOS E QUESTÕES AMBIENTAIS

A Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam colocar em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito por meio de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento, é dada grande contribuição à proteção do meio ambiente e à melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A Administração da Companhia, com base em uma análise histórica, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas com questões ambientais é necessária atualmente, inclusive em face da legislação ambiental em vigor no Brasil. A Política Ambiental não foi objeto de auditoria pelos nossos auditores independentes.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desligamento de colaboradores aposentados

Em janeiro de 2024, foi liberada pela Compesa uma Proposta de Adesão para Rescisão de Contrato de Trabalho conforme negociado no Processo judicial nº 0000561-89.2023.5.06.0013 e no Procedimento de Acompanhamento Judicial nº 002210.2023.06.000/3 MPT.

Poderiam aderir à proposta de rescisão os 227 colaboradores mencionados no referido processo. Desse total, foram obtidas 162 adesões. O prazo para inscrição foi de 15/01/2024 a 31/01/2024, sendo o último dia de trabalho 31/01/2024, e data da rescisão do contrato de trabalho em 02/02/2024.

Na proposta, foram concedidos pela COMPESA os seguintes benefícios:

a) Prêmio de 60% do FGTS - valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para fins rescisórios, relativo, exclusivamente, ao contrato mantido com a Compesa;

b) Permanecer como sócios do plano de saúde nas condições da tabela de Aposentado e Pensionista, a contar da data de assinatura deste instrumento, com o fator limitador de 25% (vinte e cinco por cento) da sua renda (aposentadoria concedida pelo INSS + suplementação da COMPESAPREV) pelo prazo de 6 (seis) anos;

c) Receber o valor fixo e irrevogável de R\$ 954,58 (novecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), correspondente ao valor de 22 (vinte e dois) vale-refeição/alimentação por mês, a título de "incentivo à demissão", sem natureza salarial (item "5" da alínea "e" do § 9º do Art. 28 da Lei nº 8.212/1991, c/c § 6º Art. 15 da Lei nº 8.036/1990) até junho/2024.

d) Verbas rescisórias devidas até o último dia de trabalho (férias, 13º salário, excetuando apenas o aviso prévio).

Operações de crédito

Em janeiro de 2024, a Companhia realizou captação de recursos junto ao Banco Santander no valor de R\$ 220 milhões, conforme cédula de crédito bancário - capital de giro nº 000270006024. O fluxo de pagamento do empréstimo teve início em fevereiro/2024 e será encerrado em janeiro/2029, sendo os primeiros 12 meses pagamento de juros e o restante pagamento de amortização e juros.

Mudança de organograma

Em 01 de março de 2024, entrou em vigência o novo organograma da Companhia. A mudança foi aprovada na 2ª Reunião do Conselho de Administração (CA), realizada em 27 de fevereiro de 2024, conforme ata do CA.

Leilão de bens

O Leilão Público Compesa nº 001.2023 foi realizado eletronicamente de dezembro/2023 a janeiro de 2024. O referido Leilão teve por objeto, a alienação de 49 lotes de bens e materiais inservíveis, composto por veículos, sucatas de hidrômetros de diversas marcas e modelos, sucatas e restos de materiais inutilizados considerados de recuperação antieconômica para o uso da Companhia, com média de valor entre R\$ 200 e R\$ 135.000.

Continuação de Contrato de Prestação Regionalizada após 31/12/2023

Após o vencimento do Contrato de Prestação Regionalizada com o Município de Santa Cruz em 31/12/2023 (nota 1.1), devido a incompatibilidade de agenda com a Microrregião de Água e Esgoto do Sertão, ainda não foi possível celebrar um novo contrato de prestação. Entretanto a prestação de serviço no local não foi descontinuada em 2024, sendo assim, a única prestação de serviço sem contrato da Companhia.

A manutenção dos serviços está embasada no Decreto 11.598 de 12 de julho de 2023, que trata da regularização das prestações de serviço sem contrato formalizado e não repristina o comando de comprovação de encerramento das prestações de serviço sem contrato, apenas considera as prestações de serviço sem contrato como "prestações irregulares".

Assim, conforme regularização, enquanto o titular (município) não definir outra forma de prestação ou outro prestador, a Compesa, como atual prestadora, é obrigada a continuar com o serviço, pelo atendimento ao princípio constitucional da supremacia do interesse público.

Entrega de estudos a ARPE

Em dezembro de 2023 a Companhia entregou um novo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) para a Agência Reguladora de Pernambuco (ARPE), bem como relatório de capacidade financeira (comprovação de indicadores). A documentação apresentada atesta a capacidade econômica da Companhia e propõe o investimento para elaboração de projetos e execução de obras visando ao cumprimento das metas. A entrega complementar desses novos estudos foram realizadas conforme Decreto 11.466, de 05 de abril de 2023 e sua revogação de 12 de julho de 2023 pelo Decreto 11.598. A companhia permanece aguardando resposta de aprovação da ARPE, que tem prazo final para março/2024.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA (CONTINUAÇÃO)

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 17 de abril de 2024, presidida pelo Conselheiro **Celso Luiz Agra de Sá**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: **1) Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2023**; por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliados e cancelados pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as

posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos e encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **2) Deliberar sobre a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP**; Deliberação sobre a destinação de Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 19.810.042,72 (dezenove milhões, oitocentos e dez mil, quarenta e dois reais e setenta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 57.292.448,45 (cinquenta

e sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) ao Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Recife, 17 de abril de 2024.

Celso Luiz Agra de Sá - Presidente
Gabriela Guerra de Queiroz - Membro Titular
Igor Fontes Cadena - Membro Titular
Isabella Rayanne Miguel - Membro Titular
Waldenia Agny Torres de Lucena - Membro Titular

Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, em reunião ordinária realizada em 16 de abril de 2024, presidida pelo Coordenador Sr. Ronaldo Vieira de Queiroz, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame dos seguintes itens da pauta: I) Examinar e opinar sobre as Demonstrações Contábeis referente do exercício social de 2023; e por seus membros abaixo assinados, em cumprimento ao inciso VII do art. 22 e demais atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, e à vista do parecer dos Auditores Independentes, do relatório da administração, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras que foram avaliados e cancelados pela BDO – Auditor Independente, sem nenhuma ressalva, examinadas à luz da legislação societária vigente, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendaram a apreciação dos documentos

e seu encaminhamento para aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. II) Examinar e opinar sobre a apropriação dos Juros Sobre Capital Próprio – JCP, no valor de R\$ 19.810.042,72 (dezenove milhões, oitocentos e dez mil, quarenta e dois reais e setenta e dois centavos) em cumprimento ao inciso III, do art. 163 da Lei 6.404/76, manifestou-se a favor da destinação aos acionistas, com base no art. 9º da Lei 9.249/95 c/c inciso V, do art. 187 da Lei 6.404/76, igualmente, submetendo à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária, com relação ao pagamento, opinaram que se dê em respeito e forma previstos no orçamento para 2024, sem prejuízo de ajustar valores e formas de pagamento no decorrer do exercício de 2024. Também se manifestou favoravelmente em relação à integralização dos dividendos acumulados em R\$ 57.292.448,45 (cinquenta e sete milhões, duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) ao

Capital Social da Compesa, submetendo o assunto, com parecer favorável, à apreciação dos Senhores Acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Recife, 16 de abril de 2024.

Ronaldo Vieira de Queiroz
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Wattsa Dannyela Souza de Jesus - Membro Efetivo
Sérgio Longman - Membro Efetivo

DIRETORIA

Diretor Presidente	ALEX MACHADO CAMPOS
Diretor de Inovação e Eficiência	NILO OTAVIANO DA SILVA FILHO
Diretor Regional Metropolitano	FLÁVIO COUTINHO CAVALCANTE
Diretor Regional Sertão	GUILHERME DUARTE FREIRE
Diretor Regional Agreste e Matas	IGOR DE OLIVEIRA GALINDO
Diretora de Gestão Corporativa	ROSANE NUNES PATARRA
Diretor de Mercado e Parcerias	RICARDO ANTONIO TORRES RODRIGUES
Diretor de Empreendimentos e Sustentabilidade	DOUGLAS BALDUÍNO GUEDES DA NÓBREGA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	JOSÉ ALMIR CIRILO
Vice-Presidente	ALEX MACHADO CAMPOS
Membros Efetivos	MARCELO CAUÁS ASFORA ANA LUIZA GONÇALVES FERREIRA HUMBERTO CORREIA LIMA JÚNIOR JOÃO VICTOR FALCÃO DE ANDRADE JOSÉ DE ANCHIETA DOS SANTOS JOSÉ EDSON GALDINO JOSÉ PEREIRA SOUSA RUBENS RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR ULISSES VALERIANO FRANCISCO DE SOUSA

CONSELHO FISCAL

Presidente	CELSO LUIZ AGRA DE SÁ
Membros Efetivos	GABRIELA GUERRA DE QUEIROZ IGOR FONTES CADENA ISABELLA RAYANNE MIGUEL WALDENIA AGNY TORRES DE LUCENA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador	RONALDO VIEIRA DE QUEIROZ
Membros Efetivos	WATTSA DANNYELA SOUZA DE JESUS SÉRGIO LONGMAN

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Contadora	CAROLINA ARAUJO ESTEVAM GRIJP CRC-PE 022.279/O-8
-----------	---



Publicidade Legal – 22 de abril de 2024 - COMPESA - BALANÇO pdf
Código do documento d6c6311a-6895-4666-9b20-b6aa5611dc60



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

19 Apr 2024, 22:04:18

Documento d6c6311a-6895-4666-9b20-b6aa5611dc60 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-19T22:04:18-03:00

19 Apr 2024, 22:04:30

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-19T22:04:30-03:00

19 Apr 2024, 22:04:42

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.212.246.101 (186.212.246.101.static.host.gvt.net.br porta: 10444). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-04-19T22:04:42-03:00

Hash do documento original

(SHA256):736f5f35732632e681b40d7d0d7b7a6cf275321250a962cda32b38b10fe8a924
(SHA512):010fdcf65c079172f773172cebe8ad8dfcf87f7edd753d2f5343fa456cca19799ec873ad5ce641672d8920f60448979e88bfc86d59ac0887a47d5ec5feb62f

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign